

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

**TERRITÓRIO MIGRATÓRIO - CONTIGÜIDADE
SOCIOTERRITORIAL DE TERRAS DISTINTAS:
OS DEKASSEGUIS E A BUSCA PELA RETERRITORIALIZAÇÃO**

Anderson Akio Shishito

Prof(a).Dr(a). José Gilberto de Souza

Rio Claro (SP)
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

ANDERSON AKIO SHISHITO

TERRITÓRIO MIGRATÓRIO - CONTIGÜIDADE
SOCIOTERRITORIAL DE TERRAS DISTINTAS:
OS DEKASSEGUIS E A BUSCA PELA
RETERRITORIALIZAÇÃO

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Campus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2022

910h.1 Shishito, Anderson Akio
S558t Terrítório migratório - contigüidade socioterritorial de terras distintas:
os Dekasseguis e a busca pela reterritorialização / Anderson Akio Shishito.
- Rio Claro : [s.n.], 2012
79 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, mapas

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: José Gilberto de Souza

1. Geografia da população. 2. Fluxo migratório. 3. Movimento
Dekassegui. 4. Imigração. 5. Territorialização. 4. População. 5. Japão. I.
Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Dedico esse trabalho aos meus pais (Antônio Tomio Shishito e Marivone Souza Marçal Shishito) e a minha irmã (Adriana Akemi Shishito) pelos ensinamentos, incentivos e esforços para que eu continuasse estudando. Fonte inspiradora e alicerce fundamental para tornar possível à realização desse objetivo/sonho.

Agradecimentos

Quero deixar aqui meus agradecimentos iniciais a minha querida família pelo apoio e amor incondicional, aos meus primos Katiane e Akira pela disposição e apoio mútuo no difícil reencontro com os estudos depois de tantos anos.

Às Professoras e Professores que fizeram diferença durante minha formação acadêmica e pessoal, pela propagação de suas sabedorias e embates de ideias, a (o)s Prof. Dr. Samira Peduti Kahil (em memória), Cenira Maria Lupinacci da Cunha, Elson Luciano Silva Pires, Paulo Roberto Teixeira Godoy, Silvana Maria Pintaui, Francisco Chagas do Nascimento, Ricardo Alberto Scherman e em especial a Profa. Dra. Bernadete Castro Oliveira pelo apoio e amizade e ao Prof. Dr. José Gilberto de Souza pela confiança, paciência, orientação e oportunidade; escrever este trabalho foi antes de tudo mergulhar em um processo de conhecimento e entendimento de minha própria história, de minha ancestralidade.

Aos meus grandes amigos da turma da Geografia de 2006, conhecer a todos foi um privilégio que guardarei pelo resto de minha existência. À engrandecedora convivência nas Repúblicas Boca de Porco, Gina, Pituitas, Vuco Vuco, Borracharia do Eder, Paratodos e Casa 7 da Moradia Estudantil, que proporcionaram momentos inesquecíveis durante os tempos de graduação.

Aos Mundrungs, do outro lado do mundo, que deram o suporte para que a pesquisa de campo fosse realizada; sensacional, sem palavras, mesmo depois de tantos anos a amizade, o respeito e humildade continuam intactos e faz prevalecer, com certeza vocês são minha primeira graduação.

Ao amigo/parceiro de rolê e de skate, Daniel Corso, por ter aberto sua casa no primeiro momento de dificuldade em Rio Claro, “tamo junto”.

Aos trabalhos no Nosso Lar pela oportunidade de conhecer cada canto periférico da querida “cidade azul” e propiciar uma vivência que nunca deixou me perder/me esquecer na “bolha” chamada universidade e ao Arquivo Público Municipal por ampliar o leque de conhecimento e poder entrar em contato direto com a rica e viva história desta cidade.

Aos mais do que amigos, meus irmãos e companheiros da querida e já saudosa República Sede: Salame, Fantoche, Edinho, Léo, Guarú, Renato, Lui, Bh, Zucão, Lincoln, Chicão, Felipe e todos os frequentadores desse bagunçado e delicioso lar em especial: Carol Joãozinho, Rê, Beinho, Bola, Gabriela, Maria, Cabeça, Paulinha(s), Família, Zé, Dilon, Judeo e tantos outros mais.

E por último a querida, amada, parceira e amiga Jaqueline Vigo, pela compreensão nos momentos de tensão e companheirismo nos momentos de alegria.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma participaram dessa fraterna, árida, fascinante, estranha, instigante, irracional, motivadora, mas sempre feliz caminhada.

RESUMO

O presente trabalho analisa as novas tendências da migração brasileira para o Japão, mais especificamente nos processos de redefinição de sua territorialidade sobre o território político-administrativo japonês. Esse fluxo migratório, conhecido como movimento Dekassegui, fundamenta-se no fluxo de brasileiros descendente de japoneses para este país. O trabalho parte de uma periodização do movimento, considerando as conjunturas políticas e econômicas dos países e que respondem por aspectos da difícil adaptação dos pioneiros, a mudança na expectativa temporal de retorno e a busca pela reterritorialização dos Dekasseguis no seu recorte temporal mais recente. Após mais de 27 anos desse fluxo migratório ainda é comum dificuldades na integração dos brasileiros a sociedade japonesa; e é nesse contexto, entretanto, que os projetos de migração tomam novos rumos, novos significados, criam-se redes, fortalece relações, mudam-se planos e assim se constrói uma nova interação com o território. Para entender tal processo, consideramos como referencial teórico a análise territorial e a consolidação de pesquisa de campo no Japão, por meio de questionários, permitindo identificar os processos de integração social dos imigrantes.

Palavras Chave: imigração, territorialização, dekassegui

ABSTRACT

This paper analyzes the new trends of Brazilian migration to Japan, more specifically in the process of redefining its territoriality on the political and administrative Japanese territory. This migration, known as Dekassegui movement, is based on the flow of Brazilians of Japanese descent in this country. The working part of a periodization of the movement, considering the political and economic situations of countries and account for aspects of the difficult adjustment of the pioneers, the change the temporal expectation of return and search for repossession of these immigrants in their most recent time frame After more than 27 years of migration is still common difficulties in the integrating the Brazilian front of Japanese society, and it is in this context, however, that migration projects take new directions, new meanings are created networks, strengthens relationships, change and so plans to build a new interaction with the territory. To understand this process, we consider as a theoretical analysis and territorial consolidation of field research in Japan, through questionnaires, to identify the processes of social integration of immigrants.

Keywords: immigration, territorialization. dekassegui

Índice geral de Tabelas e Gráficos

Figura 1 – Mapa temático sobre a expansão das colônias japonesas no oeste paulista_____	22
Figura 2 – Mapa de localização dos entrevistados no Japão_____	49
Tabela 1 – Distribuição da população brasileira no Japão por províncias - 2011_____	49
Tabela 2 – Faixa etária do entrevistados_____	50
Gráfico 1 – Procedência dos entrevistados por Unidade Estadual da Federação_____	50
Gráfico 2 – Tipos de visto_____	51
Gráfico 3 – Nível de domínio do idioma japonês_____	52
Gráfico 4 – Nível de leitura e escrita da língua japonesa_____	52
Gráfico 5 - Tipo de moradia atual_____	54
Gráfico 6 - Rede de imigração: Escala de relação com as pessoas que os receberam no Japão_____	55
Gráfico 7 - Principais motivos de retorno para o Brasil_____	55
Gráfico 8 - Principais motivos de retorno para o Japão_____	56
Gráfico 9 – Tipo de regime de contrato_____	57
Gráfico 10 – Gostaria de trabalhar sem intermédio de empreiteiras_____	57
Gráfico 11 - Situação dos Dekasseguis em relação ao seguro_____	58
Gráfico 12 - Os serviços básicos oferecidos pelo governo japonês aos imigrantes brasileiros são satisfatórios?_____	60
Gráfico 13 - Os serviços básicos oferecidos pelo governo brasileiro aos imigrantes brasileiros são satisfatórios?_____	61
Gráfico 14 - Você se considera bem informado sobre seus direitos trabalhistas?_____	61
Gráfico 15 - Se por algum motivo sentir que seus direitos como cidadão foram violados, saberá com clareza onde buscar ajuda?_____	62
Gráfico 16 - Percepção quanto a qualidade dos serviços direcionados aos imigrantes brasileiros_____	65
Gráfico 17 - Percepção dos entrevistados quanto ao nível integração à sociedade Japonesa_____	66
Gráfico 18 - Percepção sobre tratamento diferenciado, dada a condição de imigrante_____	67
Gráfico 19 - Fatores determinantes à permanência dos imigrantes brasileiros no Japão_____	68

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 – O fenômeno Dekasségui e a teoria da migração internacional	12
Capítulo 2 – Japão - Brasil e Brasil - Japão: O histórico dos movimentos entre os dois países e suas implicações ao território.....	18
2.1 – A migração japonesa para o Brasil: do eldorado provisório à fixação permanente no território.	21
2.2. A primeira fase do movimento Dekasségui.	28
2.3. A segunda fase do movimento Dekasségui e início da “Territorialização” dos brasileiros no Japão.....	34
2.4. A crise financeira mundial e suas consequências no movimento Dekasségui. ...	40
Capítulo 3 – O Dekassegui e sua territorialidade	43
Capítulo 4 – O Perfil atual do migrante Dekassegui	49
4.1 – Os Dekasseguis e a relação de trabalho	58
4.2 – Dekassegui e a noção direito e dever como indicador de territorialização	61
Capítulo 5 - A mudança na noção de pertencimento do Dekassegui ao território japonês.	65
Capítulo 6 - Conclusão.....	70
Referências Bibliográficas.....	71
ANEXO 1 - Questionário	77

Introdução

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Geografia

Vidal de La Blache
Princípios de Geografia Humana

O fenômeno Dekassegui vem sendo estudado por diversos autores na atualidade (Sasaki, 1998; Kawamura, 1999; Ferreira, 2007; Rossine, 2010) e tem no caráter de legalidade principal característica que o diferencia de outros fluxos migratórios populacionais contemporâneos, outra característica singular do movimento Dekassegui é a questão fenotípica constituída majoritariamente por um grupo étnico específico.

A palavra Dekassegui na língua e cultura japonesas significa a junção dos termos deru - sair - e kasse – trabalhar fora temporariamente, ou seja, é o termo utilizado a todo trabalhador que se desloca de seu local de origem para desenvolver trabalhos temporários, mas pretende voltar à sua terra de origem. Galimbertti (2002) esclarece que no contexto nipo-brasileiro o termo Dekassegui é entendido por japoneses radicados no Brasil, ou seus descendentes até a terceira geração, que viajam ao Japão para trabalhar por períodos variados.

Dentro da abordagem do fenômeno Dekassegui, o presente trabalho concentrou seus esforços sobre o tema da reterritorialização que essa comunidade construiu ao longo dos últimos anos. O tema da migração foi abordado através de questões referentes a inserção e adaptação do ser social dentro de um novo espaço geográfico.

O estudo objetivou identificar no fluxo migratório de brasileiros para o Japão a mudança na perspectiva temporal de permanência no destino (BELTRAO; SUGAHARA, 2006) e suas implicações na fixação dessa comunidade em território japonês.

Através de uma periodização, tratou-se de resgatar todo arcabouço histórico – geográfico desse movimento, desde a chegada dos japoneses no Brasil - do desenvolvimento do fluxo até a fixação em território nacional - até a inversão do fluxo migratório constituído por descendentes de japoneses que retornam a terra de seus ancestrais em busca de melhores oportunidades de vida.

Como um panorama que abarque a totalidade da imigração brasileira para o Japão dentro de uma construção histórica, o fluxo migratório Dekassegui foi analisado a

partir de três marcos históricos de ruptura: fase inicial, mudança na lei de imigração japonesa em 1990 e crise financeira mundial em 2008.

Como parte integrante da escala de análise objetivada, foi realizado em trabalho de campo, 36 questionários com perguntas abertas e fechadas entre os meses de Julho a Setembro de 2012. A pesquisa concentrou-se principalmente nas províncias de Aichi, Shizuoka e Mie, região de alta concentração da comunidade brasileira no Japão.

Guiado por um dos sentimentos mais primitivos dos seres humanos, que é o sentimento movido pela inquietude e pela mudança, os imigrantes são, sem dúvida, atores significativos nas mudanças sociais, seja na sociedade de origem como na sociedade receptora, os efeitos dessas mudanças são percebidos em diferentes domínios e graus de importância. No território receptor, são facilmente notados na reorganização do mercado de trabalho, na regulação política – ao que se refere às leis de imigração e permanência –, na agregação de uma maior variabilidade cultural e também na reorganização do espaço urbano.

No território de origem, há o desprendimento de suas raízes daquele recorte espacial no qual o migrante viveu parte de sua vida, território do abrigo, da religiosidade, da família, da festa, do mover-se, do ir e vir “entre iguais”.

No tocante do imigrante como indivíduo, pode-se dizer ocorrer no território receptor uma reorganização no seu modo de viver, agregando novas realidades culturais, novas formas de comportamento que no caso do Dekasseguis estão intimamente ligadas às novas formas de consumo. Até mesmo os olhares desse indivíduo para o país de origem (agora distante) se tornam uma variante. Essas percepções da terra natal são objeto de contínuas atualizações durante sua estadia longe dela, como resultado desse processo, a perspectiva temporal do regresso se dilui, comprovando a existência de um confronto permanente entre os imaginários de o que foi o passado, o que é o presente e o que será o futuro.

Para entender as motivações que impulsionaram o movimento Dekassegui, é necessário analisar o contexto econômico distinto a qual os dois países passavam na origem desse fluxo, que data de meados da década de 1980.

Principalmente depois do pós-guerra, Brasil e Japão tiveram diferentes rumos de desenvolvimento e modernização, e teve como diferença marcante o projeto de

tecnificação do território, notavelmente homogêneo no Japão e heterogêneo e seletivo no Brasil (FERREIRA, 2001).

Assim, podemos assumir a leitura da realidade das imigrações como parte integrante de uma lógica de sistema mundo onde o desigual desenvolvimento capitalista resulta na dependência funcional e hierárquica dos países subdesenvolvidos em relação aos países de forte crescimento econômico (WALLERSTEIN, 1979).

Nesse contexto, o cenário nacional no início da década de 1980 é de forte desigualdade social, desestabilidade econômica e política. Em contrapartida, no Japão, esse processo de acelerada modernização também determinou algumas medidas, tais como, a demanda por mão-de-obra estrangeira não qualificada para atender, principalmente, as vagas nas pequenas e médias empresas nipônicas (SASAKI, 1998). Essa demanda, em partes, foi reflexo da especialização dos trabalhadores japoneses em idade ativa no país, bem como de um desequilíbrio demográfico nacional, refletido em um expressivo panorama de envelhecimento populacional (FERREIRA, 2001).

É nesse período que se iniciam as primeiras incursões de brasileiros em terras nipônicas, primeiramente com a ida dos japoneses que aqui viviam, primeira geração em consanguinidade, fruto do processo de imigração Japão – Brasil ocorrido no século passado, e depois com os descendentes desses imigrantes, agora nascidos no Brasil.

No início dos anos de 1990 o fluxo de imigrantes brasileiros para o Japão se eleva de maneira considerável, reflexo da implementação da nova lei de imigração japonesa que promove uma maior flexibilidade na emissão de vistos de trabalho, possibilitando a entrada também dos cônjuges e filhos de descendentes de japoneses, mudando assim o perfil do imigrante Dekassegui de individual para familiar (SASAKI, 1998). Esse crescimento no fluxo populacional de imigrantes brasileiros no Japão se comportou de forma crescente até o ano de 2009, quando ocorreu um decréscimo de 14,4 %, o maior de toda a história do movimento Dekassegui (SOUZA, 2011). Esse decréscimo tem íntima relação com a crise econômica financeira mundial que repercutiu no Japão principalmente no ano de 2008, gerando desemprego no setor industrial e assim afetando a comunidade Dekassegui que tem nesse setor a maioria dos postos de trabalho.

À luz desse processo migratório o presente trabalho buscou discutir a temática referente a criação de uma nova territorialidade a partir do momento da reintegração do Dekassegui em um novo espaço geográfico, abordando suas relações de trabalho, de moradia, e principalmente das questões referente a sua noção de direito e dever dentro da sociedade japonesa.

Dentro dos saberes de interação do agente estudado e o espaço a qual ele está inserido, buscou-se elucidar qual seria a construção territorial desses imigrantes, suas contradições com o que deixou para trás, como ocorre essa reconfiguração de valores, e como contribuem na transformação do espaço que estão inseridos.

Entretanto, sustenta-se a hipótese de que essa reintegração não acontece de forma homogênea. Considera-se que os imigrantes constroem respostas a essa nova realidade, e busca-se entender, portanto- a partir dessas respostas - como o território pode ser formado a partir da construção de mundo desse imigrante, visando analisar como essas transferências de valores podem ser notadas em relação ao território.

Capítulo 1 – O fenômeno Dekassegui e a teoria da migração internacional.

Fruto de enorme discussão na atualidade, o tema das migrações internacionais já foi entendido e fundamentado das mais variadas formas. Dentre as correntes teóricas sobre migração destacam-se três óticas básicas de investigação: a primeira que se centraliza no indivíduo como único responsável pelo movimento; a segunda que explica os movimentos populacionais como um processo social, isto é, a decisão do indivíduo ou da população em deixar o seu local de origem provem da ineficiência ou impossibilidade da sociedade, e/ou do Estado, em dar condições adequadas de sobrevivência ao indivíduo ou grupo social; e a terceira busca a explicação dos movimentos populacionais sob a égide da dinâmica do trabalho, ou seja, esses grupos sociais se movimentam em busca de postos de trabalho.

Fundamenta-se essa reflexão em que parte integrante dos movimentos migratórios internacionais contemporâneos, o Fenômeno Dekassegui, como foi conhecido, é derivado de relações e processos ligados a (re)estruturação territorial mundial, subjugado pela demanda econômica-produtiva em escala global, onde a relação de oferta e procura da unidade dialética capital-trabalho aparece como principal condutor desse movimento. Assim se na concepção da matriz dialética uma lei fundamental se estrutura a unidade dos contrários é a relação histórica destes dois elementos (capital-trabalho) no atual estágio de mundialização do capital que explica esse fenômeno: Dekassegui.

Até a década de 1970, os estudos sobre migrações eram predominantemente dotados por uma perspectiva neoclássica, com uma abordagem descritiva, dualista, medindo os fluxos de população a partir das características individuais do migrante, a análise estatística de fluxos (linhas) e de aglomerações (pontos) era favorecida em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social (FERREIRA, 2007, ASARI, 2010).

“Tal concepção levava a um modelo redutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da decisão pessoal e não pressionada ou produzida por forças sócio-econômicas exógenas.” (FERREIRA, 2007 apud BECKER, 1997 p.323).

Santos et al (2010), ao estudarem alguns teóricos clássicos sobre migração internacional, apontam na teoria de Ravenstein (1885) que tanto a população quanto as atividades econômicas estão espacialmente distribuídas de forma desigual, havendo regiões com excedente de mão-de-obra e outras com escassez, o que levaria à existência de áreas de absorção (centros comerciais e industriais) e áreas de dispersão de mão-de-obra (regiões agrícolas). Os mesmos autores analisam a proposta formulada por Lee (1966), onde a decisão de migrar é vista como uma relação constante entre três forças simultâneas significativas; fatores positivos (ou de pull) capazes de atrair os migrantes; negativos (ou de push) responsáveis pela expulsão de migrantes e fatores neutro responsáveis pela permanência do migrante, a somatória dessas três forças gera uma “inércia natural” e o saldo final resulta na escolha pelo movimento ou não.

Contatos pessoais, formação de redes de informação e redes de destinos também são fatores importantes na decisão de migrar.

(...) a existência de redes migratórias de trabalho aumenta a probabilidade do movimento internacional – o que se aplica também às migrações internas –, pois estas redes reduzem os custos e riscos do movimento e aumentam a expectativa de retorno com a migração. As redes migratórias constituiriam uma forma de capital social que propiciaria às pessoas terem acesso ao mercado de trabalho no exterior (...) a necessidade de informações válidas e confiáveis sobre os possíveis locais de destino também reforçariam a importância das redes de parentesco, pois a efetividade da comunicação está muito relacionada com a credibilidade da informação recebida, sendo os membros familiares considerados as mais confiáveis fontes de informação. Além disso, as informações seriam mais bem absorvidas e retidas quando o vocabulário utilizados para transmiti-las são próximos dos utilizados no cotidiano dos indivíduos (SANTOS et al, 2010 p.13).

Santos et al (2010) ao revisarem a teoria de Lee (1966) destacam que as migrações não forçadas são sempre seletivas, sendo que obstáculos e dificuldades existentes nesse processo são marcantes e determinam um perfil similar dos indivíduos que migram, como por exemplo a tendência do movimento ocorrer em determinado ciclo da vida do indivíduo e do migrante deter características intermediárias entre a população local de origem e do local de destino.

Depois dos anos de 1970, outras formas de entender os movimentos migratórios foram surgindo, dentre elas está a proposta histórico-estrutural de Singer (1976), que coloca a migração como um fenômeno historicamente condicionado, examinando as relações, funções e dependências que os indivíduos têm dentro de um dado sistema. A

migração passou a ser entendida como mobilidade forçada pelas necessidades do capital e não mais como um ato soberano da vontade pessoal.

Para Singer (1976, apud SANTOS, 2010) “as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. Segundo os autores os processos que explicam a migração devem ir além de fatores expulsões e atrativos, como também considerar condições sociais, culturais e subjetivas em que tais fatores operam, tanto no que diz respeito ao lugar de origem, como no que diz respeito ao lugar de destino.

Assim, vemos a realidade dos movimentos migratórios internacionais atuais como parte integrante de uma lógica de sistema mundo onde o desigual desenvolvimento capitalista resulta em uma dependência funcional e hierárquica dos países subdesenvolvidos - periferias - em relação aos países de forte crescimento econômico - centro. Os movimentos migratórios aparecem como uma resposta variável a esta diversidade espacial em termos de produção, com diferentes formas de casualidades, caráter e impacto. (WALLERSTEIN, 1979)

Cabe aqui observar que estes países receptores estão presenciando uma situação demográfica em que a taxa de crescimento populacional está abaixo daquela que possibilita a reposição da população economicamente ativa, portanto, necessitam “importar” mão-de-obra de países que possuem excedentes populacionais. (ASARI, 2010)

Por outro lado, o fato de migrar não depende simplesmente da vontade de maximizar os ganhos. Na maioria das vezes os movimentos migratórios são empreendimentos controlados, atos políticos submetidos em grande parte por condições econômicas. Algumas ordens reguladoras desse fluxo são mantidas, segundo Chossudovsky (2003) enquanto o capital se move livremente de um mercado de trabalho ao outro, a mão-de-obra é impedida de atravessar as fronteiras internacionais. Os mercados nacionais de trabalho são compartimentos estanques com fronteiras policiadas. Desse modo, o sistema se regula na manutenção das reservas de mão-de-obra nacional dentro das suas respectivas fronteiras, tornando concreto e efetivo o papel do Estado nesse processo, onde as motivações políticas, nem sempre são compatíveis à necessidade das diásporas, ou seja, a fluidez do capital em ultrapassar fronteiras, seguida pela mobilidade da força de trabalho se depara com a resistência ou conivência

do Estado. Segundo Santos (1987, p.112), “a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo”.

Portanto, a proposta de análise do movimento migratório de brasileiros para o Japão aqui adotada está na tentativa de analisar esse fluxo tanto na perspectiva das teorias pautadas pela subordinação socioeconômica, determinada pelo processo de acúmulo do capital, bem como, pelas condições subjetivas das migrações baseada nas características de cada imigrante, onde a inserção dessas condições somada às características históricas dos próprios migrantes proporcionará uma nova escala de análise de articulação e realização dessas vidas com o movimento do mundo e dos lugares.

Partindo da lógica do capital para a mobilidade da força de trabalho, o trabalhador que se desloca para vender sua força de trabalho, a partir do momento que se insere a nova realidade, modifica suas relações sociais, passa a perder sua relação territorial e inicia um novo processo de adaptação que dificilmente se encerra.

A geografia das migrações internacionais tem como substrato a geografia dos estados nações. Os movimentos de (e/i) migrações ultrapassam fronteiras, intercambiam saberes, chocam culturas, dividem trabalhos, trocam línguas, provocam casamentos e traições... mas, sempre, em última análise, são as nacionalidades que são acionadas para o que der e vier: sempre quem chega é condicionado às leis, normas, regras, códigos, etiquetas, sotaques, dialetos, visões, divisões e julgamentos em terra estrangeira. É ser, sempre, o Outro...A “ditadura” do lugar de nascimento – carimbada no documento de identidade, ironicamente, no “passa-porte” – participa de uma relação de extremo desequilíbrio com o carimbo do país receptor (GOTTERT, 2010 p.24).

De fato, o migrante é um agente de transformação social e territorial, segundo Patarra (2008 p.1) “(...) há que se considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global”.

Porém, essa reestruturação territorial não é realizada de forma fácil para os que migram, para que isso ocorra, existe antes uma troca de valores, como no exemplo do caso de brasileiros que migraram para o Japão:

A chegada ao Japão revela para a maioria destes trabalhadores emigrantes uma nova constatação dos padrões de identidade, que até

tal momento eram resgatados como japoneses. Com a chegada ao Japão se evidenciam, logo de cara, as primeiras dificuldades: “eles não são como nós”. Mesmo contando-se as diferenças geracionais, todos os dekassegui sentem isto, em maior ou menor grau, inclusive os nissêis. O único consolo da chegada é propiciado pela presença de outros colegas brasileiros, também dekassegui, que são facilmente encontrados atualmente. Esta presença de pessoas “iguais a mim” é o fator de amenização dos primeiros impactos, duramente sentidos (OLIVEIRA, 1998, p.809).

Fica evidente na realidade do imigrante que chega ao um lugar novo a necessidade de reconstruir uma nova espacialidade, uma nova territorialidade.

(...) para o migrante, o território tem o significado de enraizamento e estabilidade, porque ao chegar ao destino procura reterritorializar-se, utilizando de mecanismos os mais variados, tais como as associações, as redes sociais (constituídas de parentes, amigos, de pessoas da mesma religião, da mesma província), que, somadas aos laços de identidade cultural consegue fazer frente às dificuldades para se estabelecer num local estranho, distante e muitas vezes, pouco receptivo (ASARI, 2010 p.209).

O processo de reterritorialização não é dado de maneira isolada, é necessário a execução de um conjunto de fatores, tais como a antecedência de um processo de desterritorialização e uma análise detalhada da entidade chamada “migrante”, que para o autor é um somatório das mais diversas condições sociais e identidades étnico-culturais (HAESBAERT, 2004 p. 249).

Portanto, essa busca incansável do migrante por uma nova territorialidade, quando se está frente a um local estranho, pode ser entendida pela produção do território através da territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR).

Para Saquet (2003):

Simultaneamente à des-territorialização dá-se a re-territorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1984) e na segunda, uma re-produção de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. O velho é re-criado no novo, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a re-territorialização [...].É uma nova objetivação (SAQUET, 2003 p.34).

Neste estudo, portanto, nos interessa canalizar esforços sobre a análise da re-territorialização dos imigrantes brasileiros no Japão, seus processos, problemas e paradigmas. Nesse sentido entendemos que os migrantes, ao buscarem locais onde

possam utilizar de recursos naturais e, com isso, reconstruir sua identidade cultural, estão se desterritorializando e ao mesmo tempo produzindo um novo local para viver reterritorializando, isto é, possibilitando que a dimensão simbólica do território seja efetivada.

Sobre a decisão de migrar:

A migração internacional contemporânea precisa ser entendida também como uma sujeição ao movimento do próprio capital, ou seja, como uma necessidade e uma resposta do mundo moderno capitalista, que ganha suas especificidades em cada momento histórico e em cada lugar. No entanto, mesmo o migrante, estando submetido a esta lógica, ainda sim, ele tem um certo “domínio” na sua decisão de migrar (FERREIRA, 2008 p.155).

Capítulo 2 – Japão - Brasil e Brasil - Japão: O histórico dos movimentos entre os dois países e suas implicações ao território.

A história de integração entre Brasil e Japão se deu sob a égide dos movimentos populacionais que chega a 104 anos em 2012, durante mais de um século, muitos valores de diferentes esferas (cultural, econômico, social, político) foram trocados entre ambos países.

Para entender melhor essa relação, o presente capítulo discorre sobre os principais aspectos ocorridos nesse processo até a atualidade. Da chegada dos japoneses no Brasil, sua adaptação e inserção no território nacional até a reversão do fluxo com a ida dos descendentes nipo-brasileiros para a terra dos seus ancestrais.

Para tanto, antes, se faz necessário analisar a configuração histórico social em que os dois países se encontravam no início desse movimento populacional.

O Japão entrou no circuito dos movimentos populacionais em um momento que enfrentava alguns malefícios como altos índices de desemprego e fome, resultado de uma explosão demográfica ocorrida principalmente durante a Era Meiji¹ de 1868. Essa fase é marcada pela transição de uma gestão territorial que era agrário – feudal para urbano-industrial aos moldes ocidentais, tornando-se um país fornecedor de mão de obra aos países ocidentais, inicialmente aos países da América do Norte e posteriormente aos países da América do Sul (SOUZA, 2010 p. 182). Contudo, a estratégia política adotada tinha como objetivo, além de se livrar de uma massa de excluídos, expandir sua integração comercial mundial.

Outro fato foi determinante para a oficialização da imigração japonesa para o Brasil, nos anos que precederam o início desse fluxo, se refere aos problemas relacionados à instalação de seus nacionais no já estabelecido eixo de imigração para os países da América do Norte, tornando a migração para o Brasil uma nova alternativa, ou seja, ainda mais interessante para os japoneses.

(...) começaram a aparecer severas restrições, como por exemplo, a lei de 1902, aprovada pelo Congresso norte-americano proibindo as

¹ Imperialismo Meiji (1869 – 1912) - A modernização do Japão deu-se no período de Meiji, durante o qual o governo procurou inspiração nos países ocidentais mais desenvolvidos, eliminando os feudos e estabelecendo as províncias.

reivindicações trabalhista dos imigrantes japoneses, proibição de propriedade de terras nos Estados Unidos (1907), ocorrendo ataques a moradias e estabelecimentos comerciais no Canadá e Havaí (SAKURAI, 2010 p.134).

No lado brasileiro, a necessidade por braços nas prolíferas lavouras de café, aliado ao baixo índice demográfico e a proposta política de ocupar o interior do país, fizeram com que a entrada de estrangeiros no Brasil fosse vista, a princípio, com bons olhos pela elite política daquele momento.

Ficou de comum acordo, que o governo brasileiro pagaria passagens de terceira classe em navios que partissem do porto de Kobe para o porto de Santos e que essas despesas seriam repassadas para os fazendeiros que contratassem os imigrantes no momento de sua chegada e depois às descontassem nos futuros pagamentos por serviços prestados. O acordo também incluía as condições da imigração japonesa: a vinda de famílias com pelo menos três pessoas aptas para o trabalho, não importando o sexo nem a idade, e o contrato como colono em uma fazenda de café pelo período de no mínimo dois anos. (SAKURAI, 2010).

A exigência da migração em família já era uma precaução do governo brasileiro devido ao alto índice de fugas ocorridas na experiência com os migrantes italianos, a migração em família era vista como um fator de retenção e de não abandono do contrato.

Porém, uma vez decidida a saída do Japão, era comum a construção de famílias de forma artificial, jovens se “casavam” arbitrariamente antes de embarcarem para o novo continente, sobrinhos e até mesmo não parentes eram incorporados a família somente para atender os requisitos da Companhia de Imigração (HARADA, 2009).

Os interesses de ambos os países propiciaram um ambiente favorável para tal ação, o governo paulista subsidiou a entrada de trabalhadores estrangeiros assalariados até o ano de 1924, quando ocorrera uma crise devido a superprodução cafeeira e diminuição da necessidade de vasta mão de obra. Para o Estado japonês ainda era interessante o envio de nacionais a terras estrangeiras, por isso manteve-se subsidiando esse fluxo até o ano de 1942, por meio das empresas de colonização, arcando com as despesas da viagem e da estadia de seus patrícios no Brasil (SOUSA, 2010 p.182).

É nessas condições que a relação entre os dois países passa a ser escrita, determinando transformações territoriais no Brasil.

2.1. A migração japonesa para o Brasil: do eldorado provisório à fixação permanente no território.

Em 28 de abril de 1908 parte do porto da cidade de Kobe, província de Hyogo, o primeiro navio com 781 imigrantes japoneses em direção ao Brasil. Números indicam que foram cerca de 250.0000 pessoas que percorreram esse caminho durante todo o processo migratório, sendo que, o maior fluxo de entrada ocorreu no intervalo entre as duas grandes guerras mundiais, com aproximadamente 190.000 imigrantes ultrapassando as fronteiras nacionais. (HARADA,2009)

Para Saito (2003) a maior importância do fluxo migratório nessa época não deriva fundamentalmente de uma função de preenchimento demográfico, mas também de um papel econômico, que se faz sentir desde o início da imigração, quer como mão-de-obra, quer como introdutor de novas técnicas. A vinda de japoneses para o Brasil só vai ter uma queda significativa na década de 1960, quando o país passa por um período de instabilidade política provocada pelo golpe militar.

Desde a gênese desse fluxo migratório até os dias atuais, com o passar das gerações, a comunidade japonesa no Brasil se multiplicou e se territorializou, alcançando hoje a 5ª geração familiar, totalizando a estimativa de 1,5 milhões de pessoas de descendência japonesa no Brasil, os chamados Nikkeys² do Brasil. (HARADA,2009; ROSSINE, 2010).

O estado de São Paulo foi o principal receptor desse contingente migratório sendo 93% do total de japoneses fixaram residência neste estado. As principais regiões que os imigrantes se instalaram foram além da capital e região metropolitana, as regiões do Vale do Ribeira, da Mogiana e do Oeste Paulista no interior (SOUSA, 2010 p. 183).

A principal demanda brasileira na época era por mão de obra substitutiva de escravos por trabalhadores livres, porém, o fluxo migratório de japoneses para o Brasil, de certo modo, pode ser considerado “tardio” (dezessete anos após a “libertação” da exploração de mão-de-obra escrava) em relação à vinda dos imigrantes europeus,

² Nikkeys são pessoas de origem japonesa e seus descendentes que emigraram para outros países e neles criaram comunidades e estilos de vida com características únicas dentro do contexto das sociedades em que vivem. A palavra Nikkey resultam da combinação dos ideogramas Nichi (Japão) e kei (elo) para definir ligação pelo sangue com o povo e a cultura japonesa. A comunidade Nikkey é composta por japoneses autóctones (isseis), seus filhos (niseis), seus netos (sanseis), seus bisnetos (yonseis) e seus tataranetos (goseis).

principalmente italianos. Diante disto, a migração japonesa também foi impulsionada pela manutenção dos já trabalhadores italianos da lavoura cafeeira, que sofreu restrições por parte do governo italiano, devido em muito aos maus tratos que os imigrantes recebiam nas fazendas de café. (FERREIRA, 2007 p.31)

A corrente migratória japonesa guardou algumas características iniciais que deixaram marcas na trajetória dos que aqui ficaram. Dificuldades como a assimilação dos recém-chegados a uma cultura completamente alheia e com forte barreira nas questões linguísticas somada a uma difícil aceitação da população local, já que o “amarelo” não se enquadrava nem no padrão do branco, nem do negro, as duas pontas étnicas do país na época, resultaram em barreiras étnico-culturais na adaptação desses imigrantes.

Junto a isso, os valores e costumes de uma cultura “reservada” trazida do Japão, principalmente no que se refere às questões de organização, seja no trabalho ou na vida social, resultou em um isolamento frente a comunidade local, frente a isso, a vida organizacional nos moldes de colônia buscava incessantemente manter as tradições japonesas mesmo em terras tão distantes (HARADA, 2009)

Inseguros com as palavras e imersos numa sociedade de costumes tão diversos como a brasileira, mesmo quando os imigrantes adaptavam-se bem ao trabalho na lavoura e o ordenado ia aos poucos aumentando, muitos abandonavam as fazendas a qual foram destinados inicialmente assim que se informavam a respeito de outros lugares onde as condições fossem ligeiramente melhores, ou seja, na medida do possível, os imigrantes japoneses concentravam-se nas mesmas frentes de colonização.

Segundo texto produzido pela Biblioteca Nacional do Parlamento³ (2009), nos lugares onde havia japoneses, outros japoneses chegavam e, dessa maneira, iam-se formando os núcleos de colonização de japoneses. Fosse por afinidade ou por solidariedade mútua, sempre era fundada uma associação japonesa no núcleo recém-formado, nota-se então a consolidação de redes de imigração.

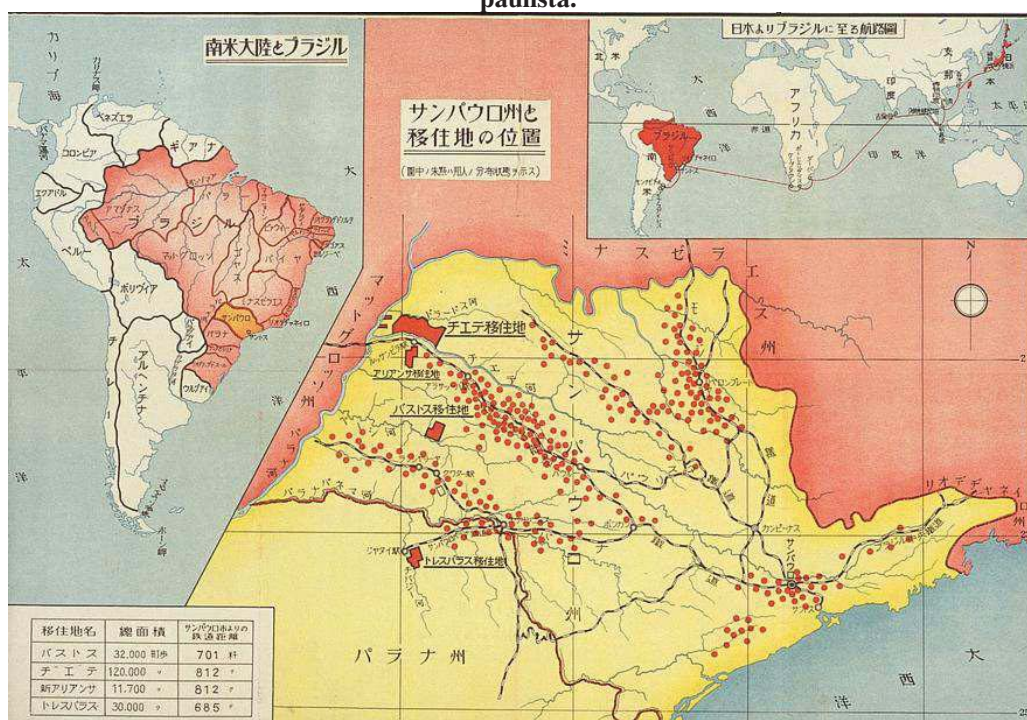
Nesse momento a intensão de retorno para o Japão é muito forte dentre os imigrantes, era comum a preocupação em construir uma escola onde os filhos dos imigrantes ou aqueles que emigraram ainda na infância pudessem ser educados na

³ In: Exposição Virtual - <http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/index.html>

língua japonesa, de modo que, quando retornassem ao Japão, não enfrentassem maiores problemas.

A imagem abaixo nos mostra a expansão e a constituição das colônias em determinadas regiões. Essa imagem é parte integrante de um folheto desenvolvido pela Federação das Associações de Imigração em 1932, que era apoiada pelo governo japonês, com a finalidade de recrutar migrantes do Japão para outros países. O folheto tinha como objetivo explicar as condições, os preparativos e o processo de candidatura para a emigração ao Brasil.

Figura 1 –Figura 1- Mapa temático sobre a expansão das colônias japonesas no oeste paulista.



Fonte: Biblioteca Mundial Digital - Orientação para candidatos camponeses sobre como emigrar para o Brasil (edição de 1932). In: <http://www.wdl.org/pt/item/7377/zoom/#group=1&page=5&zoom=1¢erX=0.5¢erY=0.24248496993987975>.

Nota-se uma franca expansão dos imigrantes para o oeste do estado, bem como a importância do sistema ferroviário como aparato técnico desse processo.

As novas frentes de expansão, nas terras novas e incultas, ou as (bocas do sertão) como eram conhecidas, receberam os japoneses. Eram as terras pouco produtivas nas mãos dos fazendeiros ou ainda do poder público que foram loteadas. Eram propriedades localizadas ao longo das novas ferrovias que cortavam o estado de São Paulo: a Alta Paulista, a Noroeste do Brasil, a Alta Sorocabana. Saindo da região cafeeira nobre, as famílias se mudam em busca da realização dos seus sonhos que pareciam palpáveis (SAKURAI, 2010 p. 150).

É notável, porém, a atuação do Estado japonês interferindo no processo de assimilação dos primeiros imigrantes em território brasileiro.

Ao analisar essa articulação política, Ferreira (2001) nos mostra um papel de centralidade do Estado japonês:

O governo e a elite japonesa começam a propagar todo um aparato de incentivo à emigração, com base nos ideais expansionistas do imperialismo Meiji. Favorecendo o estabelecimento de núcleos coloniais subsidiados pelo próprio governo do Japão, na transferência de imigrantes para outras partes do mundo, inculcados de um exagerado sentimento nacionalista de superioridade à pátria. Assim começam a se efetivar formações coloniais de japoneses no Brasil. Essas formações coloniais contavam com o apoio de diversos aparatos que o governo japonês e as companhias de colonização colocavam à disposição dos emigrados, tais como a existência de escolas onde haviam professores mandados do Japão para manutenção dos padrões japoneses entre os filhos dos emigrados, além de muitas outras formas de estabelecimento de uma determinada "dominação" japonesa dentro do território brasileiro (FERREIRA, 2001).

Analisando a motivação do Estado japonês, alguns indícios refletem que o movimento migratório não teve um caráter de migração individual ou puramente econômico (SASAKI, 2009) apesar de se ter vendido essa ideia aos que aqui vieram, como discorre Bomtempo e Sposito (2010):

Os agenciadores de imigrantes japoneses e brasileiros faziam propagandas enganosas, que exploravam a imagem do Brasil como uma terra de riquezas. Isso mexeu com os sonhos dos indivíduos, que se aventuraram além-mar (...) os agenciadores diziam que “no Brasil poderia colher dinheiro em árvore, rastelar com enxada, ou colher igual ovo”. A “árvore de dinheiro” realmente existia na época, era o café, mas como vivemos em uma sociedade capitalista, a renda obtida com a venda do produto, era dos fazendeiros, e os imigrantes eram explorados em seu trabalho e tinham remuneração irrisória, muitas vezes não sendo suficiente para pagar a comida que consumiam. Deste modo, é que se prolongaram os anos de imigração no Brasil (BOMTEMPO; SPOSITO, 2010 p.67).

É verdade que a situação a qual o Brasil se encontrava no início do século XX era propícia a receber imigrantes internacionais, adotando uma postura de país receptor de mão de obra, porém, a princípio, os japoneses não faziam parte dos planos da elite da época.

Era um período em que a elite brasileira estava preocupada em construir uma nação, com anseios eugênicos. Os “amarelos”, isto é, os asiáticos, não condiziam com os ideais da construção da identidade nacional brasileira, que era baseada na política de embranquecimento, embora eles tenham sido vistos como uma alternativa para compor a mão-de-obra e atender à demanda na lavoura cafeeira (SASAKI, 2009, p 83).

Harada (2009) nos conta sobre a desconfiança da elite política brasileira a difícil assimilação dos japoneses em território nacional:

Com o apoio técnico do governo japonês, expandiram-se as colônias para o desenvolvimento da agricultura em condições tropicais. Os imigrantes viviam em comunidades fechadas, o que gerou desconfiança por parte de membros da elite política brasileira. Por outro lado, consideravam os japoneses prejudiciais à formação do povo, por resistirem ao processo de assimilação da cultura local (HARADA, 2009, p 39).

Outro debate que ocorria na época colocava em discussão a intencionalidade do Estado japonês em sua política paternalista.

(...) o Estado japonês implementava uma política paternalista, defendendo os interesses de seus conterrâneos, subsidiando a aquisição de glebas para a implantação de “colônias”, fato que ia contra o propósito dos grandes cafeicultores. Essa forma de atuação do governo nipônico foi considerada como uma estratégia para firmar os tentáculos do imperialismo japonês no Brasil, já que este se mostrava receptivo à entrada de imigrantes e possuía vastas áreas a ser ocupadas (ASARI, 2010, p.206).

Durante as décadas de 1920 e 1930 ocorreram acaloradas discussões no Congresso Nacional acerca da evolução do movimento migratório. Essas discussões eram promovidas por duas alas distintas dentro do Congresso Nacional, o choque de opiniões se legitimava na aprovação e regulação da entrada de imigrantes no país, de um lado estavam os grandes latifundiários produtores de café que viam nos imigrantes a possibilidade de manutenção à escassez de mão de obra, porém eram coniventes a condições precárias de trabalho e do outro os intelectuais e políticos progressistas que viam nesses fluxos populacionais uma ameaça a ocupação e desenvolvimento do país, conhecido na época como o “perigo amarelo” (ASARI, 2010; HARADA, 2009).

Consequentemente a tais pressões, na Constituição Federal promulgada em 16 de julho de 1934, além de inserir na competência privativa da União a legislação sobre imigração (art. 5º, XIX, g), veio a dispor no § 6º do art. 121, cotas de entrada dos imigrantes no país:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente migratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934 In HARADA, 2009, p. 42).

Cabe refletir, que poucos anos depois da Constituição Federal de 1934, a ordem política brasileira muda para um estado de ditadura imposto por Getúlio Vargas em 1938, conhecido como Estado Novo, assumindo de vez a restrição aos estrangeiros para o bem da nacionalidade brasileira (SAKURAI, 2010 p.142).

Embora estivesse sendo comandado por um regime ditatorial simpático ao modelo fascista, o Brasil participa ativamente da 2ª Guerra Mundial do lado dos Aliados e consequentemente contra o Japão, promovendo ainda maior hostilidade na assimilação dos japoneses, que nesse momento são vistos como inimigos políticos em território nacional.

Como consequência, a entrada de japoneses no país cessou por completo e ações de hostilidades foram frequentes aos que aqui ficaram. A língua e a imprensa nipônica foram proibidas em território nacional, a mobilidade desses imigrantes foi restringida através do controle de salvo conduto expedido por autoridades locais para qualquer tipo de locomoção, muitas escolas japonesas foram fechadas e os aparelhos de rádio (instrumento de comunicação importante na época) foram apreendidos para não haver comunicações em ondas curtas com o Japão, qualquer manifestação cultural japonesa era considerada crime perante as autoridades. É nesse momento que ocorre casos extremos e xenofóbicos como a seita Shindo Renmei⁴, tamanha a instabilidade social a qual viviam os colonos na época.

Apesar do isolamento geográfico e ideal de perpetuação da cultura como reflexo do processo de anti-miscigenação o que parecia a constituição de um pedaço do Japão dentro do Brasil passa a se diluir no pós guerra, assim como a ideia de retorno para a terra natal.

Com o passar do tempo a colônia começa a mostrar os primeiros indícios de reterritorialização a realidade brasileira. A frente de migração é novamente aberta entre os dois países, porém, o cenário encontrado por essa segunda fase de imigrantes é diferente da vivida pelos pioneiros.

É dentro do contexto das seguidas crises das grandes propriedades e da monocultura, que a segunda geração usa de práticas mais propícias a assimilação do território nacional.

⁴ Shindo Renmei - Fundada em 1942 em Marília, interior de São Paulo, por ex-militares japoneses. A seita foi uma organização que pregava a vitória do Japão na Guerra e seus membros eram chamados de kachigumi, a organização só existiu no Brasil. Os alvos da Shindo Renmei eram outros japoneses que acreditavam que o Japão perdeu a guerra e consequentemente, o Imperador teria se rendido. Esses ficaram conhecidos como makegumi ou “corações sujos”.

É nesse contexto de crises continuadas na produção de café que chegam os imigrantes da segunda fase. O sonho de enriquecer como trabalhadores assalariados nas fazendas ficavam cada vez mais distantes. Mas o contexto da época oferecia brechas que foram prontamente percebidas e prontamente aproveitadas. A manutenção de grandes propriedades começou a ficar inviável para os grandes proprietários sendo que a solução encontrada para que os prejuízos não afetassem demasiadamente, foi o retalhamento das grandes fazendas (...) nelas os japoneses começam a desenvolver novas culturas especialmente a do algodão, de ciclo mais curto que o café, e com o mercado em expansão (...) não só o algodão, mas diferentes produtos começam a entrar no mercado interno diversificando o roll de ofertas (...) (SAKURAI, 2010 p.145).

Nessa nova conjuntura de trabalho os imigrantes japoneses começam, de certo modo, conquistar uma liberdade econômica não encontrada até então em solos brasileiros, esse nova fase de independência serviu também para resgatar valores que estavam terminantemente proibidos, porém, já era inegável o quanto o Brasil fazia parte de suas vidas e mesmo o sonho de voltar como “autênticos” japoneses depois de um “período” no Brasil estava inteiramente longe da realidade.

As décadas subsequentes são marcadas pela continua e intensa presença desses imigrantes na agricultura, já o perfil dos novos japoneses que chegavam no Brasil mudou, no pós guerra, chegaram cerca de 50.000 japoneses ao Brasil, em sua maioria jovens com um grau mais elevado de escolaridade (técnicos e graduados) e dispostos a explorar as novas frentes agrícolas brasileiras (SAKURAI, 2010).

Começa assim a fase de deslocamento de japoneses dentro do território nacional, dessa vez, as cidades já apresentam um forte poder de atração referente a oferta e demanda de serviços e trabalhadores. Os estados de São Paulo e Paraná continuam como principais polos de atração desse contingente, não só nas grandes cidades como em seus interiores consequentemente.

Assim podemos concluir que o processo de reterritorialização dos imigrantes japoneses no Brasil, depois de mais de 100 intensos anos, acompanhou a história dos lugares por onde passou, deixando e recebendo influências, mesclando-se e mantendo suas raízes.

2.2. A primeira fase do movimento Dekassegui.

No meio da rua na Avenida Central ela não podia parar.
E mesmo que as pessoas nela tropeçassem ela voou pro Japão
Dançou com Xogum, Hiroshima e Shimbun e mais cinco anéis
no rabo de um dragão.
E sonhou... a menina sonhou ali - Curumim – Samba Japa

Década perdida, redemocratização, superinflação, moratórias, queda do salário mínimo, corriqueiro uso de fundos do FMI, mudança de moeda e de planos econômicos, desemprego, recessão econômica: esses são alguns dos fatores que formavam o complicado mosaico político, econômico e social do Brasil na década de 80, influenciando diretamente a balança das migrações internacionais brasileira, invertendo o status do Brasil de país receptor a emissor de mão de obra. Por outro lado, “o Japão vivia um Boom econômico durante o período de 1986 a 1991, e acenava com ofertas de empregos aos trabalhadores estrangeiros no mercado secundário de sua economia” (FERREIRA, 2001, p.91).

Para Kawamura (1999):

O rápido e elevado crescimento econômico do Japão na década de 1980, acompanhado de um novo padrão de organização da produção, da diminuição da população jovem, da não absorção de mulheres em idade produtiva no mercado de trabalho, colocou o desafio da expansão e manutenção do padrão de crescimento, em face da diminuição da oferta de mão de obra, particularmente para as empresas de pequeno porte (KAWAMURA, 1999 p.52).

Logo, ocorre no Japão uma pressão do empresariado para a manutenção desse déficit de mão de obra, e o Japão aparece como uma oportunidade, um caminho, uma “saída” que muitos descendentes se dispuseram a trilhar “deixando para trás” seu lugar de origem, seus familiares e amigos, sua própria identidade, partindo para vender sua força de trabalho de acordo com a necessidade do capital, esses trabalhadores foram conhecidos como Dekasseguis⁵.

A migração brasileira para o Japão não foi exatamente, em seu maior número, uma migração de sobrevivência, já que o padrão econômico e material dos migrantes, antes da decisão de migrar, era relativamente alto comparado com a média brasileira, o

⁵ Dekassegui refere-se a junção de dois termos de língua japonesa deru - sair - e kasse – trabalhar fora temporariamente. Ou seja, é o termo utilizado ao trabalhador que se desloca de seu local de origem para desenvolver trabalhos temporários, no contexto japonês atual é usualmente empregado como forma pejorativa.

que acontece então é uma busca por manter ou recuperar um padrão de vida a qual não vivem mais (SASAKI,1998).

Esse novo fluxo reverso entre Brasil e Japão, se diferencia do ocorrido no início do mesmo século não somente pela dinâmica econômica, sobretudo, pela possibilidade de “idas e vindas” do lugar de emigração para o lugar de origem em curto espaço de tempo, fortalecendo assim, a caráter temporário⁶ dessa tipo de migração.

O estado de euforia econômica a qual vivia o Japão no final da década de 80 é resultado do despontamento industrial japonês frente aos concorrentes do mesmo setor norte-americanos e europeus (SASAKI, 2009)

O principal trunfo da indústria japonesa foi a redefinição do modelo clássico de produção em série Fordista com a adição de novos conceitos de gerenciamento, desenvolvidos por engenheiros da Toyota Motors Corporation, que veio a ser conhecido como Toyotismo⁷

Esse sistema de produção tem como inovação a incorporação do princípio de Just in Time (JIT), cuja ideia principal é a de produção no momento certo, apenas a quantidade necessária, baseada na demanda da produção, sendo assim, esse sistema opera com estoque mínimo, evitando desperdícios e aumentando lucros. O sistema desenvolvido pela Toyota muda também a relação tríade entre o trabalho, o tempo e o trabalhador. No novo sistema, o trabalhador atua sobre pressão constante, algumas funções são incorporadas e é notável a intensificação do trabalho; é exigido dos trabalhadores uma postura “participativa”, tornando-os responsáveis pela qualidade do trabalho a qual exercem, saindo de cena a figura do operário especializado, comum no modelo organizacional fordista/taylorista (OCADA, 2010).

A princípio, ocorreram algumas tentativas sindicais de atravancarem esse sistema de trabalho, entendendo que pouco correspondia ao desenvolvimento da classe trabalhadora, porém, na década de 1950, os mesmos sindicatos por meio de pressões de seus próprios líderes, ao atravessar um momento de desestruturação e seguidas greves, se juntaram ao oportunismo das empresas, reformulando o movimento, tornando-o altamente atrelado aos interesses patronais.

⁶ Entende-se que nesse momento inicial, a migração de brasileiros para o Japão tinha como uma de suas características principais a temporalidade rígida, fato que irá se diluindo com o desenvolvimento desse fluxo.

⁷ Ibid

Sobre este condicionante histórico, criaram-se condições para o surgimento de um sindicalismo essencialmente manipulável e cooptado, fundamentais ao êxito do “modelo” japonês. Como contrapartida à submissão aos patrões, os sindicatos de empresas obtiveram a garantia de emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores, assim como ganhos salariais decorrentes do sucesso da produtividade (OCADA, 2010 p. 263).

De certo modo, isso evidencia a ausência sindical encontrada pelos brasileiros ao serem inseridos no mercado de trabalho japonês.

No campo do mercado de trabalho, o princípio de Just in Time também sugeriu novos comportamentos, as empresas passaram a preencher seus postos de trabalho com trabalhadores em regime temporário apenas para os períodos de aumento de produção.

Apesar de atuarem desde o início da industrialização japonesa, é nesse momento que as agências intermediadoras de mão-de-obra, conhecidas como haken gaisha, brokers ou empreiteiras tem um papel mais efetivo no mercado empregatício japonês e são elas também o principal meio de obtenção de trabalho na chegada dos primeiros imigrantes brasileiro no Japão.

A demanda por trabalhadores estrangeiros no Japão, principalmente nas pequenas e médias empresas (ROSSINE, 2010) surgiu da necessidade de suprir fundamentalmente a carência de mão-de-obra, tanto de forma quantitativa – taxas decrescentes de natalidade – como qualitativa – alto grau de educação e crescente rejeição dos empregos dispostos pela população local.

Melchior (2010) ao descrever o sistema industrial/empresarial japonês da época, indica a demanda por mão de obra internacional:

No caso do Japão, como as indústrias já apresentavam plantas em formato flexível, com produção com controle de estoque “enxuta”, com alto índice de horizontalidade na produção, com uso exacerbado de terceirizações e subcontratações, sendo tudo isso, pautado em um território altamente tecnificado, com elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ou seja, com diversos interesses que convergem para a permanência das atividades produtivas em solo japonês, a força de trabalho é que se desloca com destino ao Japão. Neste caso, numa migração internacional, sobretudo, por brasileiros e latino-americanos (MELCHIOR, 2010 p.114).

As leis de imigração japonesa, nessa época, não aceitavam e não aceitam a entrada de mão de obra não qualificada em seu território, sendo assim, o alvo inicial da migração era o retorno dos próprios japoneses que viviam no Brasil ou aqueles que

tivessem dupla nacionalidade, ou seja, nasceram no Brasil e tenham sido registrados no consulado do Japão por serem filhos de japoneses (ROSSINE, 2010).

Essa ideia, de certo modo eugênica⁸ de controle migratório japonês, tem um fundo ideológico pautada nas teorias confucionistas que permeiam as teorias políticas⁹ japonesas desde a era Meiji e a passagem para o Japão moderno no pós-guerra.

Porém como nos mostra Kawamura (2011) a ideia de que a consanguinidade era o suficiente para amenizar os conflitos e dificuldades de adaptação dos brasileiros no Japão não funcionou como o governo imaginava.

Los empresarios japoneses equivocadamente tenían la idea de que los descendientes de sus conterráneos estaban imbuidos de fuerte influencia cultural japonesa, principalmente el conocimiento del idioma. Sin embargo, la mayoría de los migrantes brasileños desconocían los padrones de conducta actualmente adoptados en Japón y la lengua corriente - aunque tengan aprendido los antiguos valores, costumbres y el idioma - lo que dificultaba su inserción en el sistema de trabajo y de vivencia en Japón. Por otra parte, los japoneses extrañaban los extranjeros, acostumbrados a vivir por siglos solamente entre ellos mismos. Así, los desencuentros entre grupos migrantes y los ciudadanos locales ocurrían frecuentemente en los espacios de trabajo, de residências(...) (KAWAMURA, 2011 p. 2).

O perfil do migrante brasileiro nesse período era muito pouco diversificado, normalmente era composto por homens que transitavam entre uma faixa etária de 20 a 39 anos, que raramente migrava em família e tinham como ideal o sustento da mesma, mesmo que a distancia (SUGAHARA, 2006)

A situação de entrada dos trabalhadores Dekasseguis nessa época era através de um visto de turista, valido por três meses, após seu vencimento, muitos continuavam no país de forma ilegal, como diz Rossine (2002):

Até início de junho de 1990, antes da promulgação da lei que reformulou o controle da entrada de estrangeiros no Japão, os dekassegus eram considerados, em sua maioria, trabalhadores ilegais. Eram (...) recrutados, em sua maioria, via empresas de turismo ou aliciados por intermediários. Devido a esta modalidade de

⁸ Eugenia: Ciência ou técnica que aplica racionalmente as leis da genética aos fatores hereditários tendo em vista obter melhores condições de reprodução, modificação ou purificação da raça (JAPIASSU; MARCONDES, 2008 p.98). No caso das políticas de imigração japonesa, acreditava-se em uma melhor adaptabilidade dos descendentes consanguíneos de japoneses.

⁹ As teorias políticas japonesa foram criadas sobre os pilares do ideal confucionista de harmonia e benevolência, assim como a compaixão e o comportamento ético budista. Os governadores e seus ministros devem se comportar com decoro e evitar o abuso de poder de qualquer modo. Essa combinação de ação moral e governo benevolente são almeçados, a criação de harmonia em todos os aspectos, enfim, esse ideal tem sido um tema constante expresso por todos aqueles que apoiaram a união entre a religião e o Estado no Japão (SASSAKI, 2009 p.34)

engajamento os contratos de trabalho não eram claros deixando as pessoas frequentemente à margem de benefícios sociais e, mesmo em caso de acidente de trabalho, não tinham a quem recorrer (ROSSINI, 2002 p.3).

Esse período a qual os primeiros brasileiros chegaram no Japão, foi marcado por muitas incertezas, não se sabia ao certo o lugar de imigração dos Dekasseguis, não se tinha informações de como seriam tratados, de como seria aceitos, não se tinha informação das condições de moradia e tampouco de trabalho (BOMTEMPO; SPOSITO, 2010).

Como condição quase que plena dos movimentos migratórios, o Dekassegui ao se inserir no mercado de trabalho, ocupou as atividades com exigência mínima de qualificação, desprezadas pelos naturais, considerada pelos japoneses como 3k's: Kitanai (suja), Kiken (perigosa), Kitsui (penosa), posteriormente os próprios brasileiros adicionaram duas novas categorias o Kibishi (exigente) e o Kirai (detestável), passando para 5 K's a definição do trabalho exercidos por eles no Japão (KAWAMURA, 1999).

Logo apareceram os primeiros problemas de adaptação frente a nova realidade, além da comida, da língua e de “desencontros” ocorridos por hábitos do cotidiano, algumas relações de valores começaram a se conflitarem, como por exemplo, a tradição japonesa da hierarquia e da obediência e a subordinação da vida ao trabalho, não se encaixavam aos padrões adotados no Brasil, para os japoneses, o trabalho é como se fosse uma extensão do ambiente familiar, quase que não se desvincilhando o espaço familiar ao espaço de trabalho.

Ao tentar entender esse comportamento peculiar do japonês frente a relação de trabalho e organização social ocidental Benedict (1972, apud MELCHIOR, 2008) diz:

Qualquer tentativa de entender os japoneses deverá começar com a sua versão do que significa “assumir a posição devida”. A sua confiança na ordem e na hierarquia e a nossa fé na liberdade e na igualdade situam-se a pólos de distância, sendo difícil para nós atribuir à hierarquia seu valor devido como mecanismo social. A confiança japonesa na hierarquia é básica, dentro da sua noção global de relação do homem com o seu semelhante, da relação do homem para com o Estado, sendo que somente através da descrição de algumas de suas instituições nacionais como a família, o Estado, vida religiosa e econômica, é que nos será possível entender sua visão do mundo (BENEDICT, 1972 apud MELCHIOR, 2008 p.104).

Essa relação não discordava somente nas longas horas dedicadas ao trabalho mas também na lógica japonesa de organização do trabalho pautada na minimização do tempo:

A lógica de organização de trabalho japonesa é projetada na máquina, no objeto técnico, que promove a regulação do tempo e do trabalho, do tempo da produção na fábrica. O ser humano que não é capaz de se adaptar a essa lógica é descartado quando ocorre queda na produção, aliás, esta é uma característica importante nas relações do mundo moderno, que beneficiam as empresas em que os trabalhadores estão hoje à mercê, principalmente os migrantes (FERRERA, 2007 p.94).

É dentro desse panorama conflituoso que a primeira fase do movimento Dekassegui se insere no Japão, tendo que enfrentar problemas que vão além da adaptação a uma realidade diferente da que deixou no Brasil, como a desconfiança da população japonesa, a discriminação a as difíceis condições de trabalhos a qual foram submetidos. Dentro de uma perspectiva financeira, essa fase foi vista como compensatória, pois além de se valer de um piso salarial muito além do que se praticava no Brasil, as taxas cambiais monetárias revalorizava o dinheiro enviado para o Brasil, fator que explica, em partes, o crescente aumento da presença brasileira nos anos subsequentes, como veremos no próximo item.

2.3. A segunda fase do movimento Dekassegui e início da “Territorialização” dos brasileiros no Japão.

Em 1º de junho de 1990 foi reformulada a lei que controla a entrada de estrangeiros no Japão. As empresas passaram a poder contratar legalmente nisseis e sanseis e seus respectivos cônjuges diretamente do Brasil. Segundo Kawamura (1999) a intensa escassez de mão de obra levou empresários japoneses a pressionarem o Estado por modificações na política de imigração e a buscar trabalhadores fora do país. Aos Niseis, filhos de japoneses que nasceram no exterior, foi concedido o visto de três anos, aos Sanseis, netos de japoneses nascidos no exterior, o visto de um ano, aos cônjuges o mesmo se aplicava de acordo com a situação de seu parceiro(a), em ambos os casos, o visto de trabalho poderia ser renovado por mais três anos, desde que o mesmo se encontre em situação legal de empregado.

Graças a essa “abertura” os anúncios de oferta de emprego se intensificam em grande escala nos meios de comunicação vinculados entre a comunidade japonesa no Brasil, principalmente no bairro da Liberdade em São Paulo, onde era comum a abordagem na rua de mestiços com feições orientais por agenciadores.

Como se não bastasse, nos anos de 1990, com a posse do então presidente Fernando Collor de Mello e o confisco da poupança dos brasileiros, ocorre uma “quebra geral” e um sentimento de insegurança econômica generalizado no país, é também nesse período que acontece uma “revoada” de brasileiros para o exterior.

Apesar das dificuldades a qual os brasileiros enfrentaram no período anterior, a notícia de prosperidade financeira em um espaço curto de tempo já havia chegado com força ao Brasil, a mudança na lei de imigração japonesa somada ao contexto econômico desfavorável da época, tornou o eixo migratório mais atraente, segundo dados da Japan Immigration Association citados por Sasaki (2009:273) o número de imigrantes brasileiros no Japão em situação legal em 1990 era de 56.429, um ano depois, o número chegou a 147.803, representando uma taxa de crescimento de 288,4%, a maior de toda a história do movimento Dekassegui.

Como na migração japonesa para o Brasil, a prática de casamentos de “fachada” para que não descendentes pudessem obter o visto de entrada no Japão foi comum,

forçando que a triagem dos documentos para a obtenção desse visto, ficasse cada vez mais rigorosa.

Após o ‘boom’ no número de entrada de brasileiros no Japão entre os anos de 1990 e 1991 a taxa de crescimento para os próximos anos se comportou basicamente estável, numa variável de 23,9% em 1993 com o total de residentes de 159.619 a 1,3% em 2008, com o total de 316.917 brasileiros residentes no Japão, porém nunca se apresentou em um demonstrativo negativo¹⁰.

Embora não tenha sido publicada na estatística oficial de 2006, algumas fontes indicam queda de 10 a 15% na emissão de vistos por parte do Consulado Geral do Japão em São Paulo, especulasse que essa queda tenha sido motivada pela exigência imposta da apresentação de uma certidão negativa de antecedentes criminais aos candidatos a vistos a partir de abril de 2006, mais uma característica adotada pelo governo japonês para de certo modo classificar e controlar os imigrantes, muito impulsionado pelo já alto índice de criminalidade dos Dekasseguis no Japão (SOUZA, 2011).

Analisando a ausência de um demonstrativo negativo na curva de taxa de crescimento populacional da comunidade brasileira no Japão, podemos concluir que ocorreu uma diluição na dinâmica temporal de retorno desses imigrantes, ou seja, desde a entrada em vigor da nova lei de imigração em 1991 até o ano de 2008, em nenhum momento o número de retornado foi maior que o número de recém chegados ao Japão.

Diferente da primeira fase o fluxo migratório a partir da década de 1990, incorpora um caráter familiar, já que é grande o número de famílias que decidem tentar uma vida nova na “pequena ilha”, também já é mais claro o estabelecimento de redes de imigração nesse momento, ou seja, muitas famílias se reintegram em território japonês com a chegada de integrantes que ficaram no Brasil. É nesse momento então que podemos afirmar que começa o processo de “reterritorialização” do Dekassegui no Japão¹¹.

Assim é que o caráter temporário tende a se tornar definitivo. O número de casamentos e de nascimentos cresce a cada ano. A família é reconstituída, ou pela ida da esposa ou marido e pelos filhos ou por uma nova união [...] Os novos arranjos familiares tendem a se intensificar e os casamentos, no Japão, com dekassegus ou japoneses,

¹⁰ (Ibid)

¹¹ Esse assunto será melhor trabalhado no capítulo 3.

aumentam, apesar de mais de 50% dos migrantes - homens e mulheres - já serem casados ao partirem (ROSSINI, 2002, p16).

Mesmo após a regulamentação da lei, que tinha como um dos principais objetivos a legalização dos trabalhadores estrangeiros no Japão, nem sempre os contratos de trabalho foram firmados de forma legal, ou seja, trabalhadores continuaram a ser contratados por intermediários, agenciadores, empreiteiras ou ainda representantes das próprias empresas japonesas. Dando continuidade a já comum falta de clareza nos contratos.

Embora existam empresas idôneas, muitas delas causaram problemas aos imigrantes devido, principalmente, ao desconhecimento da língua japonesa quando esses assinavam documentos que os obrigavam a pagar taxas exorbitantes na execução de serviços prestados pelas empreiteiras (ROSSINI, 2010 p 219-220).

A questão contratual não era a única preocupação que os Dekasseguis dessa fase tiveram que enfrentar, Costa (2007) discorre sobre as incertezas a qual os imigrantes tinham que sujeitar quando decidida a ida para o Japão.

(...) persistiam os questionamentos sobre a atividade desses intermediários, com denúncias de maus tratos na chegada ao Japão. Entre outras queixas, figuravam a alocação a empregos diferentes e piores do que os anunciados, a separação de famílias, com marido e mulher sendo enviados a localidades distintas e descontos desproporcionais dos salários pelos custos de passagens e das moradias que lhes eram designadas. Suspeitava-se, inclusive, que esses chamados *akushitsu haken gaisha*, ou agenciadores inescrupulosos, mantinham ligações com o crime organizado no Japão, a Yakuza¹² (COSTA, 2007 p.121).

Apesar de práticas hostis, como as citadas acima, o caráter de legalidade do trabalhador estrangeiro no Japão acabou, com o passar do tempo, proporcionando uma influência mais “profunda” do Dekassegui no mercado de trabalho, bem como, a possibilidade de gozar de alguns direitos civis, essa característica diferencia esse movimento ao de outros países ou regiões de grande imigração contemporânea, como o caso dos Estados Unidos e Europa Ocidental, em que se nota, ademais, um grande contingente de ilegais. Os trabalhadores estrangeiros dirigem-se predominantemente para outros setores, menos sujeitos à fiscalização oficial, como serviços básicos (jardineiros, marceneiros, pedreiros, garçons, etc.), construção civil e agricultura. A ausência de imigrantes no setor industrial do Ocidente também pode, em parte, ser

¹² Tradicional organização criminosa japonesa.

explicada pela retração em suas indústrias de transformação tradicionais e também pelo exclusivismo dos poderosos sindicatos industriais, que inibem a entrada de imigrantes, principalmente os ilegais.

Até a atualidade são poucos os trabalhadores que estão em regime de contrato direto com o empregador, o principal motivo alegado é a falta de conhecimento da língua japonesa, fator que é característico dessa fase do movimento Dekassegui, uma vez que nesse momento a expectativa de retorno é mais concreta no imaginário do trabalhador Dekassegui, sendo assim, poucos se esforçam em aprender o idioma, se contentando com a exigência básica para satisfazer as necessidades do trabalho que são geralmente serviços altamente manuais e repetitivos.

O idioma japonês, embora sempre necessário, deixava de ser a maior bandeira para a adaptação no serviço, já que as empresas, com conhecimento maior sobre os trabalhadores brasileiros, passam a estabelecer, em muitos casos, os líderes de linha – funcionários brasileiros com domínio do idioma japonês, para ajudar na coordenação da produção e inserção dos brasileiros nas linhas de produção. Fora do serviço, também já dispunham de mais opções de lazer, e o acesso ao consumo era mais consentido¹³ por esse trabalhadores, que não se submetiam às mesmas privações dos primeiros¹⁴ (FUGII, 2008, p.61).

Normalmente e sobretudo nessa fase da migração Dekassegui, os intermediários além de negociarem com as empresas os postos de serviço, também se responsabilizam pela moradia, quase que sempre nas proximidades das fabricas, aumentando assim a dependência entre os Dekasseguis e os intermediários, para tanto, além de cobrar as taxas de despesas do cotidiano como por exemplo: água, luz e gás, as empreiteiras descontam cerca de 15% a 30% do salário mensal por serviços prestados (ROSSINE, 2002).

Entretanto, para a empresa contratante os trabalhadores Dekasseguis são reconhecidos como autônomos ou um trabalhador “emprestado”, sendo assim, é comum que alguns descontos que deveriam ser direcionados para garantir direitos trabalhistas

¹³ Quando o autor coloca que o consumo nesse momento é mais consentido é porque no período anterior, devido a migração se manter com um vínculo muito forte - sobretudo financeiro - com o Brasil, os imigrantes praticamente gastavam o mínimo possível, a intensão era juntar o máximo de dinheiro ou manter a família que ficou no Brasil.

¹⁴ Grifo nosso

desses trabalhadores acabem indo para o bolso¹⁵ dos intermediários, deixando o trabalhador a margem de seus direitos legais.

Para ter direito a assistência médica, por exemplo, o Dekassegui autônomo deve efetuar o pagamento do seguro de saúde junto a prefeitura do município a qual reside e no caso de usufruir do sistema de saúde, arcará com 30% das despesas do tratamento recebido e não terá reembolso algum sobre os dias em que ficou sem trabalhar¹⁶.

A questão previdenciária nesse momento também é considerada um problema para os trabalhadores brasileiros:

É comum a sonegação da contribuição previdenciária por parte do empregador. O argumento mais comum diz respeito ao fato de que dificilmente o trabalhador poderá usufruir da aposentadoria e será um desperdício pagar por um benefício desnecessário. Quando ocorre um acidente ou doença o trabalhador fica a descoberto. A saída é arrumar as malas e partir rumo ao Brasil. São inúmeros os casos desse tipo (ROSSINE, 2012 p.10).

A ausência de direitos nessa fase é em parte explicada pela condição subalterna ou desvalorizada a qual os imigrantes Dekasseguis ocupam dentro do quadro social japonês, onde analisada suas condições sociais, notamos que ele vai estar essencialmente atrelado às condições de moradias periféricas, sobretudo voltada a necessidade do poder empresarial (local próximo às empresas ou em alguns casos dentro da própria empresa), então, antes de serem considerados moradores de uma cidade podendo usufruir e interagir com esse espaço, os Dekasseguis reproduzem mais claramente o vínculo com a empresa a qual trabalha, ou seja, é visto mais como um trabalhador do que como um cidadão, em contrapartida, dentro da esfera do trabalho, também é pouquíssima a chance de ascensão, por não ser um agente estável perante a visão do empregador, onde qualquer investimento (capacitação) no funcionário é visto como desperdício, uma vez que estão na condição de trabalhadores sem contrato ou temporários.

Como solução a tais problemas e com o passar do tempo, o próprio aumento do contingente de Dekasseguis acabou trazendo evoluções nesse quadro através da construção diária de uma condição de classe mais digna. A criação de maiores aparatos técnico de articulação, como é o caso dos meios de comunicação (jornal, revista, canal

¹⁵ (Ibid)

¹⁶ (Ibid)

de televisão) vinculados dentro da própria comunidade, proporcionou um maior poder de organização, seja para denunciar injustiças, classificar ofertas de emprego até sugerir e auxiliar em questões fundamentais no dia a dia da comunidade.

Em lugares com maior concentração de brasileiros, como, por exemplo, as cidades de Gunma, Hamamatsu e Toyota, são criados serviços para suprir as necessidades desses estrangeiros: lojas de produtos brasileiros, restaurantes, shoppings, locais de entretenimentos (discotecas, bares, karaokê, etc), escolas com o ensino da língua portuguesa e homologados pelo MEC e até mesmo suporte técnicos em órgãos públicos que facilitam o acesso aos serviços gerais dessa comunidade, tais como a existência de tradutores em hospitais, prefeituras, etc (FERREIRA, 2001)

Todas essas ações afirmam a ideia de que apesar da ainda marcante discriminação, das injustiças e da ausência de direitos civis, é nessa fase do movimento Dekassegui que se inicia um processo de “reterritorialização” desses indivíduos, onde a atuação do crescimento populacional e a criação de redes sociais entre os que lá estão e os que daqui saem, que de algum modo consolida - mesmo que de modo ineficaz - a estadia dessa diáspora no país.

2.4. A crise financeira mundial e suas consequências no movimento Dekassegui.

A crise financeira mundial, deflagrada em fins de 2008, gerou forte desemprego e recessão na economia japonesa, em particular no setor industrial voltado a exportação, tendo como face mais visível o alto desemprego nesse setor, o mesmo que emprega a maioria dos imigrantes brasileiros.

Foi a confirmação de que a ordem econômica internacional se valia por um discurso insustentável de crescimento e prosperidade sem fim, que se garantia na base do dinheiro fácil e especulativo, afetando assim todo o mundo.

Consequentemente, a comunidade brasileira no Japão sentiu os efeitos, segundo dados do Ministério do Trabalho japonês (2010), o número de brasileiros residentes no Japão caiu de 317.000 em março de 2008 para 270.000 em dezembro de 2009, pela primeira vez na história do movimento Dekassegui a taxa de crescimento de imigrantes brasileiro teve um demonstrativo negativo tão significativo.

Até o ano de 2010, foi registrado a volta de 60.000 brasileiros; tamanho impacto econômico fez com que a dinâmica da comunidade Dekassegui fosse alterada com o passar dos últimos anos, principalmente no que se refere ao seu acesso ao trabalho (SOUZA, 2011)

Com o advento da crise, muitos trabalhadores brasileiros se viram em uma situação de desemprego. O perfil da grande maioria dos trabalhadores era de empregados por terceirizadas “empreiteiras”, e que não contribuía com o seguro social obrigatório “shakai hoken¹⁷”.

Uma vez que não tinha um contrato direto com o contratante e não pagava o seguro que poderia prover algum auxílio nos tempos difíceis, somado a um mercado de trabalho escasso e exigente, para muitos o caminho de volta foi a saída. O governo japonês subsidiou a volta de alguns brasileiros, com a condição de que os beneficiados percam o direito de voltar para o Japão futuramente¹⁸, foi fornecido auxílio de 300.000 ienes, equivalente a mais ou menos 3.750 dólares por pessoa que decidisse retornar,

¹⁷ O Shakai Hoken (Seguro Social) é um sistema de seguro público, constituído pelo Seguro Saúde (Kenko Hoken) mais o Seguro de Aposentadoria (Kousei Nenkin). O sistema tem como objetivo garantir a estabilidade financeira dos trabalhadores e seus dependentes em caso de doença, invalidez, morte ou a aposentadoria do titular. Isto significa que o sistema de Shakai Hoken garante o recebimento ao trabalhador e aos seus dependentes.

¹⁸ Em discussão no Seminário Movimento Dekassegui: crise econômica e retorno. Realizado pela ISEC (Projeto Kaeru), ocorrido na Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social no dia 1 de setembro de 2012, segundo participantes da mesa, a exigência do governo japonês de não permitir o retorno desses dekassegui beneficiados era até março de 2012 porém ainda está em renegociação entre as autoridades competentes dos dois países, não tendo até a data do presente trabalho uma posição fixa sobre o assunto.

cerca de 20.000 brasileiros utilizaram esse recurso depois de passar por uma “burocrática” lista de espera (SOUZA, 2011).

Nesse momento, para aqueles que possuíam o visto de permanência por qualificações próprias, foi possível utilizar artifícios como o seguro desemprego - para aqueles que não conseguiram se reempregar - e seguro despesa para residentes que comprovem que não tem condições de manter suas despesas do dia a dia. Segundo dados apresentados por Yamamoto¹⁹ (2010) o número de residentes brasileiros que receberam seguro para despesas mais que triplicou após a quebra da Lehman Brothers, no ano de 2007, foram contemplados 284 casos, já em 2009 o número chegou a 939 (3,3 vezes).

Frente a esse novo panorama, os Dekasseguis que decidiram continuar no Japão - seja por falta de perspectiva em reiniciar uma vida nova no Brasil ou por já ter uma vida consolidada no Japão, com filhos na escola e bens adquiridos, etc. - se depararam com novas exigências do mercado de trabalho japonês, agora, os estrangeiros que pretendem uma vaga de trabalho, deve dominar o básico da língua japonesa a ponto de escrever seu próprio currículo e passar pela entrevista de emprego, serviço que antes era intermediado pela empreiteira. Outro agravante na busca de emprego no pós crise, foi a forte concorrência por um posto de trabalho entre os próprios Dekasseguis, cargos com baixa qualificação, a qual a maioria dos imigrantes brasileiros ocupavam, se tornaram escassos e com períodos de contratação muito curto, ou seja, com pouco ou quase nenhuma estabilidade para quem já tinha uma vida fixa no Japão.

Com a mudança no panorama empregatício japonês, somada a uma enorme defasagem entre as exigências do mercado de trabalho e a comunidade brasileira, o governo japonês ampliou a ação das Agencias Oficiais de Apresentação de Trabalho, conhecidas como Hello Work, colocando a disposição, nas agencias localizada em cidades com grande concentração de brasileiros, atendimento bilíngue (português e japonês) (NOGUCHI,2011).

Entre o ano de 2008 e 2009, a agencia expandiu de 73 para 126 pontos fixos com esse tipo de atendimento, além de intermediar as vagas de trabalho disponíveis, também foram oferecidos cursos gratuitos de língua japonesa e recapacitação para trabalhadores, contemplando no ano de 2010, um total de 6.288 pessoas e ministrando 459 cursos

¹⁹ Dados da Secretaria do Emprego, Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-estar do Japão. (YAMAMOTO, 2011 in: Simpósio sobre a situação do emprego e as políticas para Nikkeis no Japão atual. CIATE)

(entre língua japonesa e capacitação profissional) nas 18 províncias e 97 cidades a qual tem escritório (SOUZA, 2010).

Os cursos oferecidos pelas agências de emprego Hello Work, tem como premissas bases suprir 3 itens frente a nova realidade empregatícia japonesa: Fortalecer as habilidades de comunicação no trabalho, incluindo a língua japonesa; aumentar o conhecimento básico das leis e costumes trabalhistas no Japão e orientar para a elaboração de currículos e situações de entrevistas. Todos os cursos são oferecidos gratuitamente e tem duração de 3 meses (120 horas)²⁰.

As ações das agências de trabalho Hello Work para a comunidade estrangeira, apesar de se mostrar como caráter emergencial nessa fase, faz parte de um projeto apresentado no parlamento japonês em janeiro de 2010, que visa uma reforma trabalhista e prevê novas regras para a atuação das empreiteiras, onde, o Ministério do Trabalho Japonês pretende proibir a contratação de mão de obra pela indústria por intermédio das empreiteiras, para tanto pretende conceder prazo de cinco anos para que as empresas se adapte a nova regra. Uma vez aprovada a reforma trabalhista, os Dekasseguis só poderão ser contratado por contratos fixos, fator que mudará consideravelmente a relação do Dekassegui com o território japonês, uma vez que passara a gozar dos mesmos direitos trabalhista que um nacional (SOUZA, 2010).

Em julho de 2010, foi inaugurado a Casa do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores do Itamaraty, que tem como objetivo prover auxílio jurídico, qualificação, bem como ponto de intermediação de ações específicas às atividades laborais de brasileiros no Japão, o governo japonês aceitou sua instalação desde que seja respeitada a legislação local e que não houvesse sobreposição ao trabalho realizado pelas agências Hello Work (SOUZA, 2011).

É nesse panorama de momentos de crises e superação que a história do movimento entre primeiramente Japão-Brasil e posteriormente Brasil-Japão foi escrita, nos próximos capítulos discutiremos algumas mudanças na dinâmica recente desse fluxo a fim de entender seus problemas, articular com o passado e tentar projetar perspectivas para o futuro.

²⁰ Dados da Secretaria do Emprego, Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-estar do Japão. (YAMAMOTO, 2011 in: Simpósio sobre a situação do emprego e as políticas para Nikkeis no Japão atual. CIATE)

Capítulo 3 – O Dekassegui e sua territorialidade

“O ser humano guarda múltiplas dimensões, seu processo de constituição é sempre aquele da criação, da recriação e da superação”

Ana Fani Alessandri Carlos
O lugar no/do mundo

Nesse capítulo vamos analisar as mudanças referentes às diferentes territorialidades do sujeito migrante Dekassegui antes do fluxo migratório, bem como dar subsidio para discussão sobre o processo atual a qual esses indivíduos permeiam em relação a construção de uma nova territorialidade.

Parece necessário entender, antes de tudo, que os lugares de origem dos Dekasseguis, apesar de diversificado e muito além de um ambiente puramente de miséria e carências, constituem territórios onde pessoas, com territorialidades muito distintas da posta no Japão, vivem e almejam a felicidade.

Antecedendo qualquer tipo de análise é importante saber qual “territorialidade” estamos abordando:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2001, p. 6776).

Analisando esse território como um campo de poder - mas não apenas ao tradicional “poder político” -, entendemos que ele é o lugar tanto do poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005a).

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. Se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se ao mesmo tempo territórios. As relações são o poder e o poder são as relações (...) e são estas relações que cristalizam um território e as múltiplas territorialidades (...) o território é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço (SAQUET, 2003 p.18).

Temos como premissa básica, que ao deixar esse lugar, os Dekasseguis não só deixam de ocupar um espaço físico ou de dominação, mas também subtrai de suas vidas um enorme arcabouço simbólico e cultural do lugar de pertencimento, de apropriação.

Mudar de espaço, portanto, implica em mudar de territorialidade que pressupõe, dentre outros elementos, “mudança” de significados, de símbolos, de modos de ver e sentir, de comunicação; relações que eram produzidas em outro território e que agora são reproduzidas em um novo espaço, em novo contexto, com novas pessoas e novas relações. Assim, mudar de espaço é “carregar” consigo valores de outros lugares que serão “adaptados”/“contrastados” ao novo lugar, as novas pessoas e as novas relações (MONDARDO, 2009 p. 108).

Desse modo, seu status de agente transformador desse território se dilui e a partir do momento que passa a se relacionar com uma nova dinâmica territorial, uma nova territorialidade se inicia. Uma nova territorialidade ou reterritorialidade é almejada, porém dentro de um novo processo de dominação e/ou apropriação. Esse novo território ou nova territorialização deve ser abordado nas multiplicidades de suas manifestações, bem como na multiplicidade de poderes nelas incorporadas através da relação dos múltiplos sujeitos envolvidos.

(...) analisar o migrante através da perspectiva da transterritorialidade, é apreender a criação e destruição de territórios no e pelo movimento, num jogo dialético entre desterritorialização e reterritorialização. Significa criar elementos de interpretação para entender a tensão entre dois lugares (de origem e de destino da migração), como que num jogo dialético relacional (...) (MONDARDO, 2009 p.104).

Segundo Sack (1986):

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK 1986; apud. HAESBAERT, 2001, p. 6776).

Para o movimento Dekassegui, os significados de uma nova territorialidade se dão desde a primeira fase do fluxo, porém, é a partir do início da década de 1990 - por razões discutidas no capítulo anterior - que essa dinâmica se fortalece.

Assim como os japoneses que chegaram ao Brasil a partir da segunda guerra mundial, os Dekasseguis que chegam ao Japão nos últimos anos encontram todo um aparato técnico de acolhimento conquistado pelos pioneiros gerando uma rápida via de

enraizamento desses indivíduos com o território, porém sem descartar os estranhamentos usuais desse processo.

As principais características que sustentam essa nova relação territorial estão ligadas principalmente na diluição do caráter de temporalidade rígida desse fluxo migratório, muito influenciado pela mudança no perfil de imigração, que passa a ter um caráter familiar, ou seja, engloba novas necessidades, novos tempos e novas articulações com o território.

Uma vez que não se tem mais a ideia bem delimitada do retorno à terra natal, o Dekassegui passa a agregar em sua vida no Japão, novas possibilidades, intimamente ligadas a um maior poder de consumo (compra de bens duráveis, lazer, etc.), ou seja, um novo perfil de imigrante se desponta, onde a vida regrada e contida - de sempre passar com o mínimo necessário - focada na necessidade de economizar para ter um respaldo financeiro no retorno, já não contempla as necessidades de alguns e cede lugar para uma vida mais confortável e com maiores preocupações com as necessidades do presente.

Podemos dizer que é no território japonês e não na sua terra natal, que os brasileiros conseguem trabalhar, ganhar, poupar, morar, comprar, sonhar, consumir, apesar dos relatos de exploração do trabalho, de discriminação, de contaminação em fábricas, etc. Uma grande parte dos brasileiros mantém o desejo de volta ao Brasil. Para este grupo, o Japão é principalmente o lugar para se ganhar dinheiro. Uma outra parte dos brasileiros, no entanto, já começa a assumir o fato de permanecer no Japão, passando a participar cada vez mais do território japonês, mesmo que de forma limitada, por serem estrangeiros (FERREIRA, 2005 p.2).

Desse modo, podemos pensar que uma característica de fixação marcante desse processo se encontra na alienação ou acomodação causada pelo poder de consumo, pelo modo de vida do consumo globalizado, onde, cria-se um imaginário acesso a bens, porém vive-se apenas com um consumo residual.

Ainda associado aos comportamentos relacionados ao consumo, a existência de espaços de serviços e de sociabilidade voltados para a comunidade brasileira, são aqui abordados como uma afirmação a reterritorialização da comunidade Dekassegui no Japão, ou seja, “o território em si... só se torna um conceito utilizável para análise social

quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam...”²¹ Santos (2000 p.22).

Assim, passa a ser construído um território do dekasegui brasileiro sobre o território político-administrativo japonês, assumindo formas, características e usos tipicamente brasileiros, sendo estes nitidamente visíveis em bairros frequentados predominantemente por brasileiros, como na cidade de Hamamatsu²² e em algumas edificações externalizam na paisagem, as referências ao Brasil, como supermercados, bancos etc (MELCHIOR, 2008 p. 149).

Kawamura (2011) ao estudar esses espaços de sociabilidade dos Dekasseguis no Japão, problematiza o objeto colocando-o como um recurso de auto segregação da comunidade, se pondo como uma barreira de integração frente a comunidade local.

En los espacios brasileiros, mismo sin conocer el idioma y costumbres locales, los brasileños tienen condiciones de vivir según sus patrones de comportamiento y utilizarse de su propia lengua. De otra parte, esta “auto-segregación” trae un hiato entre estos migrantes y los grupos japoneses, dificultando su integración social y cultural en la sociedad local(...) (KAWAMURA, 2011 p.5).

Outro fator que potencializa a relação do Dekassegui com a criação de uma nova territorialização - fato que também ocorreu com os japoneses no Brasil (mais especificamente com a segunda fase de imigrantes japoneses no Brasil) - é o nascimento dos filhos no Japão, que chamaremos de segunda geração. Assim os laços simbólicos se reafirmam e o caráter de territorialização se torna cada vez mais forte.

O surgimento de uma segunda geração de brasileiros nascidos no Japão coloca em “xeque” a discussão de como se projetar no território japonês e aparece como uma problemática de suma importância que merece um estudo mais detalhado, uma vez que a educação dessas crianças focada na cultura japonesa ou brasileira equaliza a decisão de investir em um projeto de retorno ao país de origem ou de se afirmar definitivamente no país de destino.

Todavía a presença das crianças em escolas japonesas já demonstra, mesmo muitas vezes com falta de clareza dos pais, um importante movimento no sentido de fixação e integração no território japonês. A escola japonesa é o lugar dos choques culturais e sociais, mas é também o lugar por excelência desta integração à sociedade (FERREIRA, 2008 p.145).

²¹ M. Santos In: Seabra, O. et al. Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos, 2000.

²² Grifo do autor. A cidade de Hamamatsu fica na província de Shizuoka e concentra uma das maiores comunidades brasileiras do Japão.

Analisando a reterritorialização dos Dekasseguis por uma perspectiva simbólica cultural é possível fazer algumas distinções entre o grau de integração desse indivíduo com o território.

(...) o grau de “brasilidade” é variável entre os migrantes. Alguns se aproximam mais do “padrão japonês” ou do “ser japonês”, outros preferem afirmar o “ser brasileiro”. O problema que se coloca, é que, após passarem alguns anos no Japão, muitos, ao voltarem para o Brasil, acabam não se reconhecendo mais e também aqui já não se sentem mais em casa (FERREIRA, 2008 p.119-120).

Melchior (2008) complementa através de uma análise corporal:

Além disto, podemos verificar esta territorialidade no que se refere ao próprio corpo do migrante, onde por mais que haja o fenótipo semelhante, eles se reconhecem entre si e sabem diferenciar brasileiros de japoneses, sendo que o inverso também ocorre, ou seja, são facilmente identificados pelos japoneses como brasileiros (MELCHIOR, 2008 p 149).

Portanto, essa questão aponta um dos aspectos peculiares do movimento Dekassegui, onde há um conflito entre a identidade cultural e a conceituação fenotípica. Os Dekasseguis só se dão conta mais enfaticamente dessa realidade quando frente a uma população que é fenotipicamente semelhante a eles, porém com um comportamento visivelmente diferente, assim se percebem mais estrangeiros do que nunca.

Essa multiplicidade cultural, bem como a ideia de dominação do espaço frente a apropriação, reflete na condição territorial do Dekassegui, alterna significados, movimentos, ritmos e relações, deixando o migrante em uma condição de vida “entre-lugares”. Esta possibilidade de conviver com vários territórios se dá por uma maior mobilidade, sustentada por uma condição “pós moderna” da compressão “tempo-espaço” que vivemos (MONDARDO, 2009).

Ao contrário do que nos leva a crer, a aparente desterritorialização proporcionada pela dominação²³ dos espaços em detrimento da sua apropriação²⁴, mascara a construção de uma nova territorialidade, uma territorialidade híbrida que nem mesmo os próprios migrantes percebem de imediato (SOUZA, 2008 p. 10).

²³ Grifo do autor

²⁴ Grifo do autor

Com intuito de tentar “desmascarar”²⁵ essa multiterritorialidade que permeia as relações territoriais dos Dekasseguis, sobretudo dentro de uma escala temporal mais recente, como podemos apresentar no capítulo anterior, faremos uso de pesquisa feita em campo através de questionários para tentar traçar um perfil de como o migrante Dekassegui atual se auto define dentro dessa nova construção territorial.

Pois partindo da premissa que:

(...) a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”(HAESBAERT, 2004 p. 344).

Esta multiplicidade do vivido e percebido por sua vez não se estabelece de uma forma imediata. Muitos sujeitos migrantes japoneses revelam contradições entre as dimensões territorializadas que normalmente são pautadas diretamente sobre a materialidade da vida humana, no consumo, no acesso a bens e serviços, mas que encontram hiatos e contradições sobre as representações sociais que se consolidam acerca de si e efetivamente dos estranhamentos que revelam barreiras e dificuldades de inserção social do sujeito na sociedade japonesa. A partir disso, com os dados analisados no próximo capítulo e articulação com as teorias aqui apresentadas, buscaremos apresentar um panorama geral da dinâmica recente desse movimento de territorialização.

²⁵ O termo desmascarar não se aplica no sentido de desacreditar, desmoralizar, desprestigiar, contrapor, e sim de descobrir, de revelar.

Capítulo 4 – O Perfil atual do migrante Dekassegui

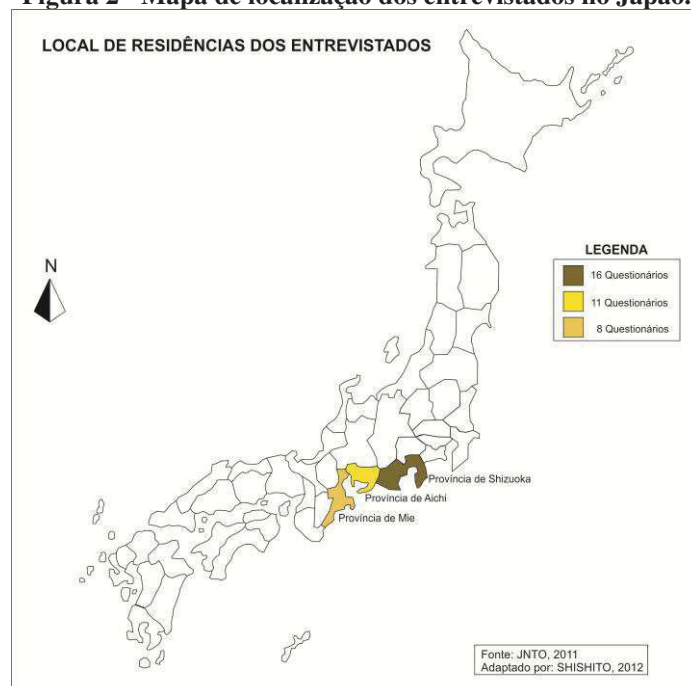
Antes de partir para qualquer tipo de análise, apresentaremos aqui um perfil atual do trabalhador Dekassegui residente no Japão. Para isso, utilizaremos além de dados de fontes oficiais do governo, algumas reflexões obtidas por meio do resultado de questionários aplicados em pesquisa de campo no Japão.

O levantamento de dados no campo foi realizado entre os meses Julho a Setembro de 2012. A possibilidade de aplicação desses questionários ocorreu através de contatos e vínculos do autor com trabalhadores Dekasseguis residentes no Japão nesse período, que por meio de comunicação via internet, tornou possível a aplicação dos mesmos. Previamente houve uma fase de contatos com as pessoas envolvidas na aplicação dos questionários, com o cuidado de um esclarecimento sobre a finalidade da pesquisa, para que a mesma pudesse manter seu caráter científico.

O questionário foi construído contemplando quatro módulos de análise: I – Informações Pessoais; II – Relações de Trabalho; III – Noções de Direitos e Deveres e IV – Relação de Integração ao Território Japonês.

Para a aplicação dos questionários foram escolhidas as três principais províncias em número de residentes brasileiros, segundo o Immigration Bureau do Ministério da Justiça do Japão (2011), tendo como destaques as cidades de Nagoya, Toyota e Toyohashi na província de Aichi, Hamamatsu na província de Shizuoka e Tsu na província de Mie.

Figura 2 - Mapa de localização dos entrevistados no Japão.



Fonte: JNTO – Dados da pesquisa, 2012.

Segundo dados do Ministério da Justiça do Japão²⁶ no ano de 2011, a população brasileira residente no Japão era de 210.032 habitantes, sendo que 114.215 (54,38%) do sexo masculino e 95.817 (45,62%) do sexo feminino.

A distribuição geográfica da população brasileira no Japão está concentrada basicamente em cinco províncias, como podemos observar na tabela 1:

Tabela 1 – Distribuição da população brasileira no Japão por Províncias – 2011.

Províncias	Número total de habitantes	Porcentagem (%)
Aichi	54.458	25,93%
Shizuoka	33.547	15,97%
Mie	14.986	7,13%
Gifu	13.327	6,34%
Guma	12.909	6,15%
Total	129.227	61,52%

Fonte: Immigration Bureau - Ministério da Justiça do Japão, 2011 (Org. SHISHITO, 2012).

A aglomeração de brasileiros nessas regiões está diretamente ligada a alta concentração industrial²⁷ destas províncias, com destaque para Aichi que é a província com maior desenvolvimento industrial do Japão (SASAKI, 2009), logo, com maior oferta de mão de obra, consolidando a ideia de que é a indústria, sobretudo a

²⁶ Embaixada do Brasil em Tóquio. Disponível em: <http://www.brasemb.or.jp/portugues/community/populacao.html>

²⁷ Polo industrial automobilístico japonês.

automobilística, a principal responsável pela absorção da mão de obra brasileira no naquele país.

A tabela 2 mostra a faixa etária dos entrevistados em porcentagem:

Tabela 2: Faixa etária dos entrevistados.

Idade	Porcentagem(%)
Menores de 29 anos	53
Entre 30 a 39 anos	29
Maiores que 40 anos	18
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Nota-se uma predominância de jovens em idade produtiva, caráter marcante no movimento Dekassegui.

Dentre os entrevistados 50% eram casados, 47% solteiros e 3% divorciados, apesar do número equilibrado entre solteiros e casados, se analisarmos dentro dos padrões dos movimentos migratórios internacionais, o caráter individual desta amostra normalmente se sobressai do familiar, fato que não nessa ocasião.

No Gráfico 1, evidenciamos a predominância do estado de São Paulo como principal lugar de procedência dos entrevistados, reafirma-se ai a relação histórico-geográfica da migração japonesa para o Brasil e sua concentração em São Paulo, que tinha no porto de Santos o principal ponto de entrada dos japoneses no país.

Gráfico 1 – Procedência dos entrevistados por Unidade Estadual da Federação.



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Analisando a proposta²⁸ de janeiro de 2012 do então Ministro das Relações Exterior do Japão, Masahiko Koumura, de que para o requerimento de visto permanente no Japão - que estendeu o prazo máximo de duração de três para cinco anos a partir de

²⁸ In: International Press. IPC Digital - Conheça com detalhes os critérios do visto de 5 anos que o Japão deverá impor aos nikkeis. Publicado em 12/06/2012. Disponível em: http://www.ipcdigital.com/br/Vida-no-Japao/Leis/Imigracao/Conheca-com-detalhes-os-criterios-do-visto-de-5-anos-que-o-Japao-devera-impor-aos-nikkeis_12062012

julho de 2012 - o estrangeiro, dentre outras exigências habituais, como provar estar trabalhando e com moradia regular no país, terá que apresentar como pré-requisito, nível 2²⁹ de domínio da língua japonesa, ter seus filhos matriculados em escola japonesa, além de comprovação de ganhar salário suficiente para pagar imposto de renda e imposto de residência.

A questão dos vistos de permanência para trabalhadores estrangeiros passa a ter ainda mais influência na condição de integração do migrante com o território, essa situação se dá tanto na configuração dos direitos e deveres da população migrante, quanto no modo de organização social do processo migratório, uma vez que ao ampliar o tempo de estada e ter condicionantes estruturais como salários, estabilizam os vínculos de permanência e consequentemente de territorialização, mas a exigência do idioma infere sobre processos de integração que são dinâmicas muitas distintas.

Segundo dados do Ministério da Justiça³⁰ do Japão (2011) a maior parte dos brasileiros possui o visto de permanência, são 119.748 pessoas, ou 57,01% do total. Entre os entrevistados, como podemos observar no Gráfico 2, essa situação se confirma, a grande maioria utilizam do recurso de visto permanente.



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Os benefícios do visto permanente estão ligados à estabilidade familiar, independência das sistemáticas alterações de leis e critérios do escritório de imigração japonesa, sobretudo na renovação de vistos de curto prazo e principalmente, garante uma maior confiabilidade, brasileiros com esse tipo de visto têm tido mais facilidades para conseguir cartão de crédito ou financiamentos para compra de carro ou imóvel.

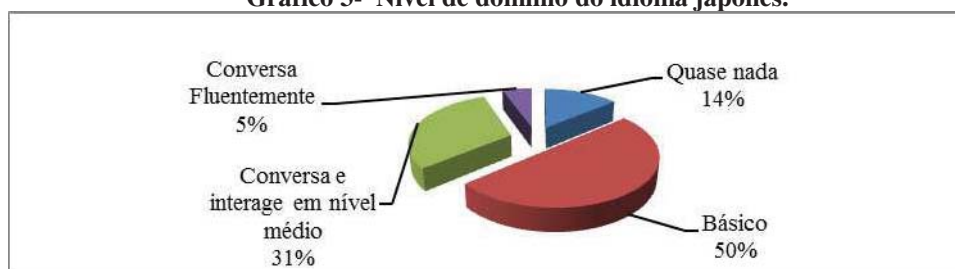
²⁹ O nível 2 de proficiência da língua japonesa exige escrita de mais de 1.000 Kanjis, vocabulário de mais de 6.000 palavras e cerca de 1.100 a 2.000 horas de estudo do idioma. Pensando na realidade das longas horas de trabalho dos dekassegus no Japão, vai ser muito difícil que essas exigências sejam cumpridas.

³⁰ Embaixada do Brasil em Tóquio. Disponível em: <http://www.brasemb.or.jp/portugues/community/populacao.html>

Dentro das exigências que permeiam a dinâmica recente do movimento Dekassegui, a questão do domínio da língua japonesa se coloca como de suma importância para a permanência no Japão (MORISHITA, 2011), pois além de ser determinante nas situações de procura de emprego e ocasiões do cotidiano poderá ser uma preocupação na condição de permanência legal no país.

Segundo dados coletados para essa pesquisa e representados no Gráfico 3, o nível de domínio da língua japonesa ainda é muito baixo, mesmo entre aqueles que já vivem no Japão a muito tempo. Entre os entrevistados, 25% chegaram ao Japão entre cinco a dez anos atrás da data da pesquisa e 64% vivem a mais de dez anos no país, lembrando que todos os entrevistados estão no mínimo a mais de cinco anos no Japão, tempo necessário, segundo proposta do Ministério de Relações Exteriores japonês, para se ter um domínio maior do que o nível básico do idioma.

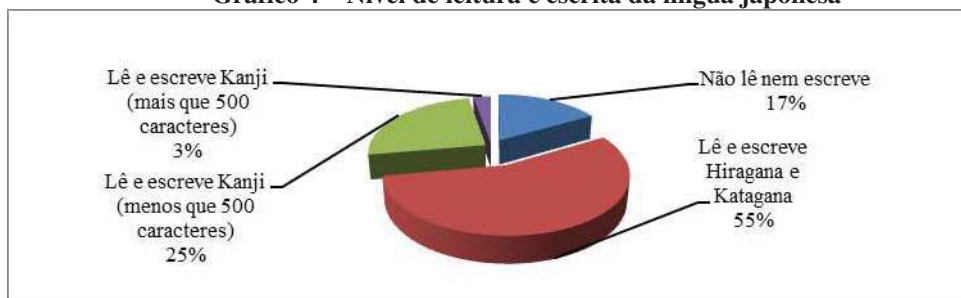
Gráfico 3- Nível de domínio do idioma japonês.



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

O Gráfico 4 mostra o nível da leitura e escrita dos entrevistados, os resultados refletem ainda mais a dificuldade que a comunidade tem em relação a língua local, apenas 28% dos entrevistados conseguem ler e escrever o Kanji (ideogramas japoneses) fundamental para um real entendimento de qualquer documento (contrato), informação ou comunicação escrita, etc., em japonês.

Gráfico 4 – Nível de leitura e escrita da língua japonesa



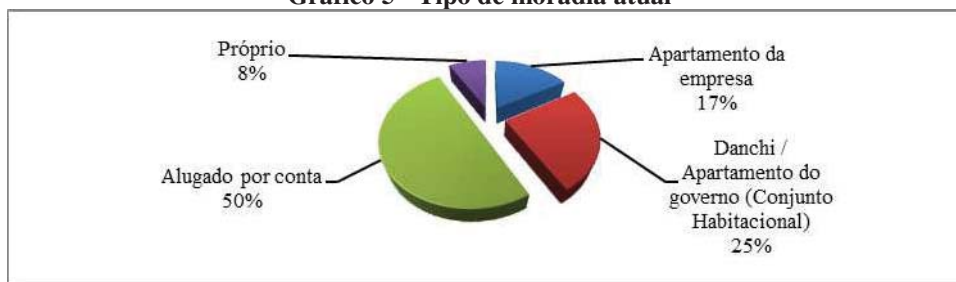
Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Apesar desses indivíduos, de certo modo, já estarem adaptados a vida cotidiana japonesa, aos comportamentos e costumes, a questão da falta do domínio do idioma

aparece como um obstáculo significativo para uma real inserção dessa comunidade em território japonês. Além das razões de melhoria no âmbito pessoal, como facilitar a adaptação no trabalho, nas atividades do cotidiano, no acompanhamento da educação dos filhos que estão sendo formados em escola japonesa; um maior conhecimento da língua propicia reconhecer com maior facilidade o modo de pensar e a cultura da sociedade local (MORISHITA, 2011), podendo o imigrante absorver, por exemplo, maior carga cultural do país em que vive.

Outro fator que pode ser relacionado dentro da análise da territorialização dos Dekasseguis hoje no Japão é a questão do tipo moradia ocupada. Além da moradia própria, da alugada por conta, existem as moradias do Estado e/ou da Prefeitura, conhecidos como Danchi, que possuem aluguel mais barato se comparado com os imóveis particulares, essas moradias são destinadas a idosos e pessoas com baixa renda e vem sendo em muito requisitadas por estrangeiros. Analisando os dados apresentados no Gráfico 5, nota-se certa autonomia da comunidade em relação a intermediação de empreiteiras nesse quesito, apenas 17% dos entrevistados ainda moram em locais intermediados pelos empreiteiros. O preço médio do aluguel praticado pelos entrevistados que alugam apartamento por conta própria é de ¥ 54.000 ienes, cerca de US\$ 688 dólares americanos e dos Dekasseguis que alugam apartamento do Estado é de ¥ 40.000 ienes, cerca de US\$510 dólares americanos por mês. A média de valor dos apartamentos alugados com a intermediação das empreiteiras também gira em torno dos ¥ 40.000 ienes, porém, a grande diferença está na vinculação da moradia com o status de trabalho, ou seja, instabilidades econômicas que geram desemprego ou até mesmo pensar em uma simples mudança de emprego resultaria também pensar em uma mobilidade habitacional. Estes indicadores revelam, portanto, processos de consolidação de autonomia dos sujeitos frente as diversas dinâmicas de interação social nas quais se envolvem, tais como a contratualização da moradia, a negociação, a identificação de locais para locação, entre outros aspectos, que se consubstanciam em alteridade (outridade).

Gráfico 5 - Tipo de moradia atual



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

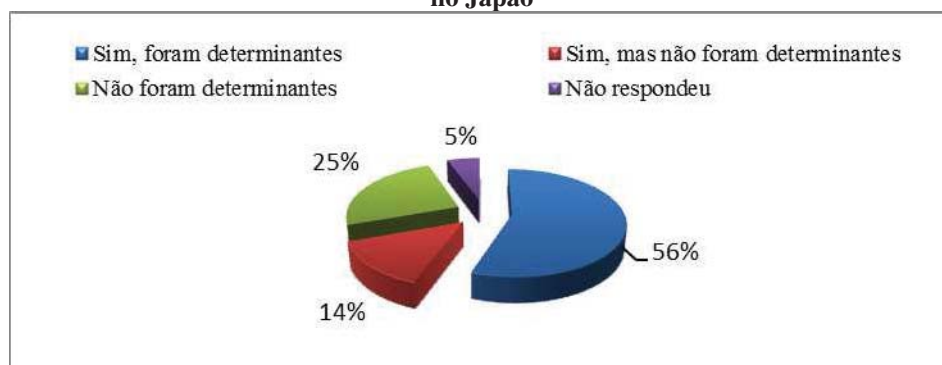
Uma das questões centrais nos processos migratórios se concentra na formação de redes. A processualização destas dinâmicas territoriais se estabelece por pontos de apoio que vão se constituindo a cada migrante e normalmente se constituem a partir de laços de parentesco e ou consanguinidade e de espacialidade. No primeiro e no segundo caso se estabelece pelos efetivos vínculos de laços familiares ou de convivialidade espacial, ter como origem o mesmo bairro ou município e se consolidam como bases para a imigração. Por sua vez, estas bases migratórias se ampliam e criam elemento de maior confiabilidade quanto às condições do lugar, as possibilidades de condição estável, entre outros fatores que favorecem a migração se ampliam com o advento das redes sociais. Segundo Soares e Rodrigues (2005) as redes sociais apresentam conexões e passam a representar um papel fundamental nos processos migratórios.

A análise de redes atribui mais crédito à lógica da combinação do que à lógica puramente agregativa; sustenta que a configuração, assumida por uma rede qualquer, importa mais do que o acréscimo de uma relação extra ao conjunto de relações preexistentes. Não cabe dúvida sobre a importância das redes sociais para entender, em especial, os fluxos populacionais (SOARES; RODRIGUES, 2005).

No caso do Japão, por exemplo, a partir da década de 1990 (com a mudança no caráter migratório de individual para familiar), o Gráfico 6 nos mostra o grau de relação que os entrevistados tiveram com pessoas que já estavam no Japão no momento em que fizeram a primeira viagem para o país, 64% dos entrevistados migraram acompanhados de familiares e apenas 36% vieram sozinhos, a maioria dos entrevistados teve participação efetiva de familiares (parentes e consanguinidade) e amigos (espacialidade-convivialidade) que já estavam no Japão no momento de sua primeira viagem³¹.

³¹ Lembramos aqui, que apenas dois entre todos os entrevistados chegaram ao Japão na década de 1980, mais precisamente no ano de 1989.

Gráfico 6 - Rede de imigração: Escala de relação com as pessoas que os receberam no Japão



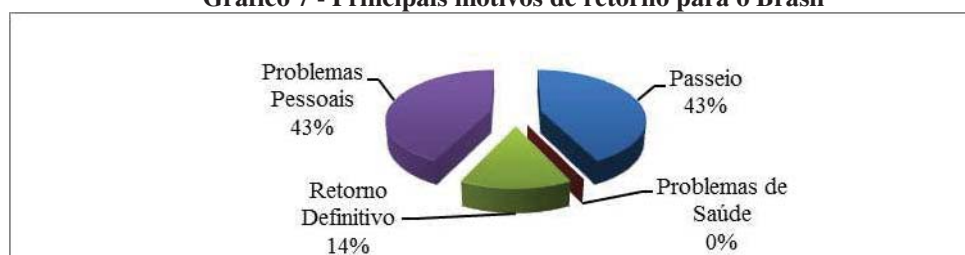
Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Uma vez instalado no Japão, outro fator característico do movimento Dekassegui são as constantes viagens de idas e vindas para o Brasil, conjugando essa constituição territorial no e pelo movimento (HAESBAERT, 2011), fluxo facilitado pelas possibilidades da supressão tempo-espaço proporcionado pelo avanço técnico da sociedade contemporânea.

Entre os entrevistados, apenas 25% nunca tinha voltado para o Brasil, porém o que nos interessa saber é porque essas pessoas voltam para o Brasil e ao mesmo tempo, porque elas retornam para o Japão tão prontamente.

Indagados sobre a principal motivação em voltar para o Brasil, o Gráfico 7 nos mostra os principais motivos desse fluxo constante.

Gráfico 7 - Principais motivos de retorno para o Brasil

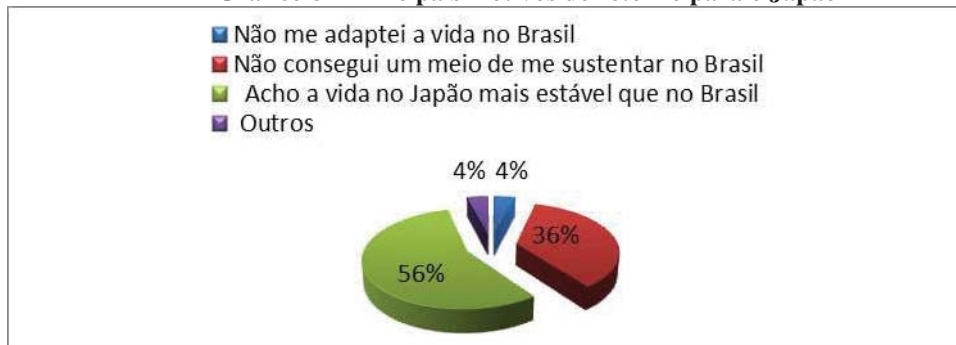


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

É interessante observar que um número pequeno de pessoas respondeu que a volta foi motivada por uma permanência definitiva no Brasil (apenas 14% dos entrevistados), projeto que não se viabilizou e por algum motivo retornaram para o Japão.

Quando questionados sobre os motivos que fizeram com que voltassem para o Japão, a estabilidade do país e as questões econômicas se sobressaíram entre as respostas obtidas. Conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Principais motivos de retorno para o Japão



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

É interessante observar o reduzido número de respostas apontando que o motivo do retorno foi pelo fato de não se adaptar a vida no Brasil, apesar de distante, o migrante Dekassegui, continua em contato direto com os acontecimentos do Brasil, principalmente pela rapidez dos meios de comunicação, minimizando assim alguns impactos sofridos no retorno. Porém, essa readaptação não se dá de maneira tão fácil, alguns estudos sobre o tema (HIRANO, 2005; ASARI, 2011) discutem as dificuldades desse processo, sendo comum, em casos mais extremos, altos índices de distúrbios psicológicos entre os retornados, derivado do conflito, do choque da não adaptabilidade dentro do próprio espaço de origem.

4.1 – Os Dekasseguis e a relação de trabalho.

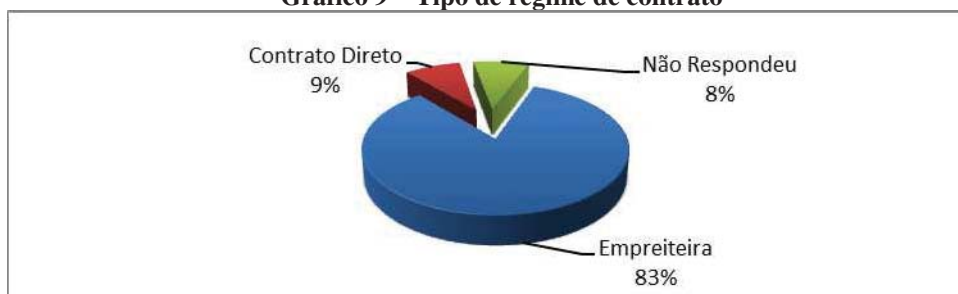
Fator de suma importância dentro do contexto de análise do movimento Dekassegui, a relação de trabalho, na dinâmica atual desse movimento, vem sofrendo algumas alterações, principalmente depois da crise econômica ocorrida no ano de 2008.

Com o advento da crise, além do forte desemprego, a comunidade brasileira no Japão teve que se adequar a um mercado de trabalho mais exigente, principalmente no que diz respeito ao domínio da língua japonesa.

Dentre os entrevistados a grande maioria se encontrava em situação de empregado, porém, quando questionados se já passaram algum tempo desempregado no Japão, 58% dos entrevistados responderam que sim.

Apesar de ocorrer uma vontade política de diminuir o papel das terceirizadas dentro do plano de trabalho japonês, essa não é a realidade a qual encontramos durante a análise dos dados de campo (Gráfico 9). A maioria dos trabalhadores entrevistados continua trabalhando por intermédio de empreiteiras.

Gráfico 9 – Tipo de regime de contrato



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Apesar da realidade de trabalhadores terceirizados, o Gráfico 10 nos mostra uma grande vontade desses trabalhadores, caso exista possibilidade, em trocar essa condição por uma contratualização direta com a empresa.

Gráfico 10 – Gostaria de trabalhar sem intermédio de empreiteiras



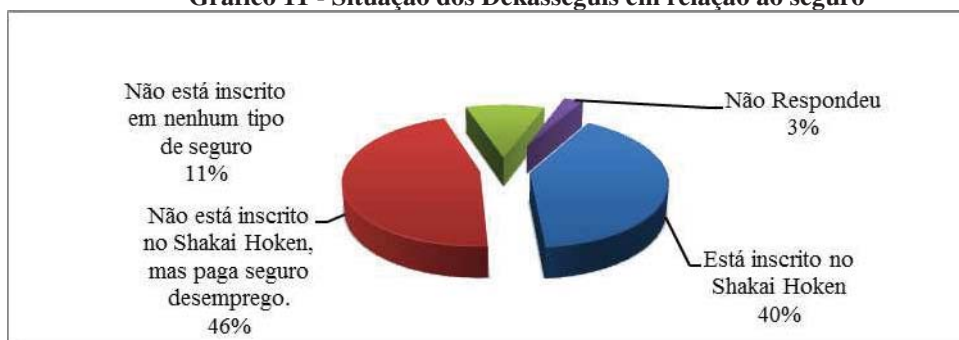
Fonte: Dados da pesquisa, 2012

O interesse em mudar estas relações de trabalho é justificado na perspectiva de ampliar os ganhos econômicos, mas principalmente estão relacionadas à dimensão dos direitos o que acabe interferindo em outras dimensões de interação social no Japão. Respostas como “para melhor resolver questões de direitos trabalhistas” ou “teria mais estabilidade no trabalho” ou “melhor salário, pois receberia bônus e benefícios” foram comuns entre os que preferem trabalhar no regime de contrato direto, alguns justificaram que isso não ocorre devido a falta do idioma japonês. É importante ressaltar aqui, a relação que muitos entrevistados fizeram entre trabalhar sob regime de contrato direto e a garantia dos direitos trabalhistas.

Já entre os que preferem continuar trabalhando por intermédio das empreiteiras, os argumentos se sustentaram em falas como “muita burocracia” ou “assim temos que pagar muitos impostos”.

A respeito do pagamento de impostos e seguros, reclamado por alguns, perguntamos para os trabalhadores se no momento estão pagando o seguro social obrigatório Shakai Hoken³², e caso a resposta fosse não, se estavam inscritos em algum outro tipo de seguro individual, como o seguro desemprego.

Gráfico 11 - Situação dos Dekasseguis em relação ao seguro



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Interessante ressaltar que apesar da maioria dos entrevistados trabalharem por intermédio de empreiteiras, a questão do seguro social e de trabalho, está presente na

³² O Shakai Hoken (Seguro Social) é um sistema de seguro público, constituído pelo Seguro Saúde (Kenko Hoken) mais o Seguro de Aposentadoria (Kousei Nenkin). O sistema tem como objetivo garantir a estabilidade financeira dos trabalhadores e seus dependentes em caso de doença, invalidez, morte ou a aposentadoria do titular. Isto significa que o sistema de Shakai Hoken garante o recebimento ao trabalhador e aos seus dependentes. O valor do shakai hoken é dividido entre a empresa e o funcionário, sendo que a parcela do trabalhador é descontada direto no salário, e a contribuição varia conforme o valor recebido. O seguro social tem vários benefícios: cobre 60% do salário médio do funcionário em caso de licença médica, 80% de todas as despesas médicas e 70% das despesas dos dependentes. Tem ainda a aposentadoria, o seguro desemprego e as férias remuneradas. (IPC DIGITAL, 2008)

vida da maioria dos entrevistados, isso indica uma preocupação dos envolvidos em relação ao tema.

Analisando essa vontade de ocupar uma condição de contrato de trabalho de igual acordo a de qualquer outro trabalhador japonês, bem como, a atenção com os direitos a qual lhe são reconhecidos, denota que há uma preocupação da comunidade brasileira no Japão em relação aos seus direitos, desmistificando a ideia do migrante valorizar puramente motivações de razão econômica. Assim vemos na configuração de direito e dever da comunidade Dekassegui um indicador de busca por uma territorialização no país.

4.2 – Dekassegui e a noção direito e dever como indicador de territorialização.

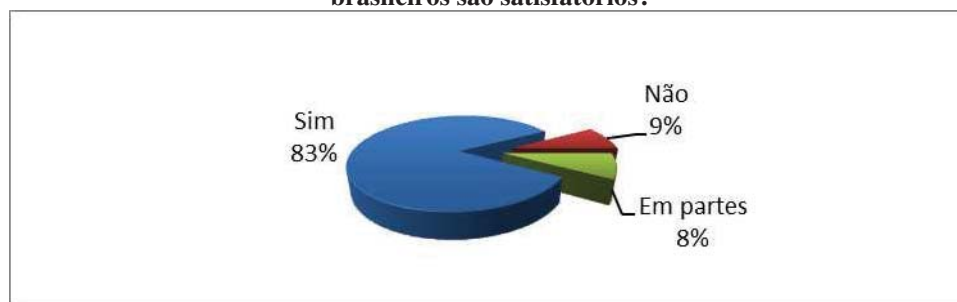
Uma vez traçado o perfil atual dos migrantes Dekasseguis, focalizamos nossas análises na questão dos direitos e deveres dos imigrantes Dekasseguis e suas consequências referente a reterritorialização da comunidade.

Partimos da premissa de que na atual fase desse fluxo, essa seja uma das principais variáveis para analisar a relação do Dekassegui e o grau de interação territorial no Japão. Por se tratar de um processo recente, apenas apontaremos indícios sobre essa transformação.

Em uma primeira escala de análise, buscamos ouvir dos entrevistados acerca do grau de satisfação referente aos serviços básicos que são prestados à comunidade, tanto pelo governo japonês como pelo governo brasileiro.

O Gráfico 12 nos mostra que os entrevistados fazem uma análise positiva sobre as ações do governo japonês referentes às necessidades da comunidade brasileira residente no Japão.

Gráfico 12 - Os serviços básicos oferecidos pelo governo japonês aos imigrantes brasileiros são satisfatórios?

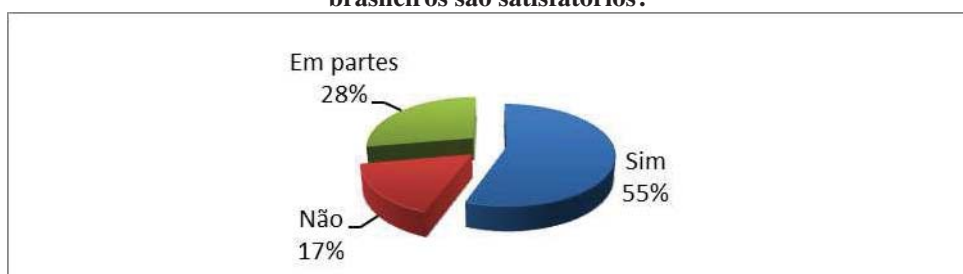


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

As ações do Estado se referem a serviços básicos prestados no acesso aos equipamentos de saúde, educação, moradia, alimentação, segurança, etc., entre as respostas mais frequentes apareceram comentários ressaltando a facilidade de acesso a tais serviços, porém muitos se queixam dos valores praticados para a realização de tais serviços. Foi notável, em algumas respostas, uma comparação direta em relação aos serviços praticados no Brasil, que para alguns a qualidade é inferior. Desse modo, podemos relacionar que essa também é uma variável a se considerar sobre a ideia de permanência dessa comunidade em território japonês.

Quando questionados sobre o grau de satisfação da comunidade em relação aos serviços prestados pelo governo brasileiro no Japão, apesar de mais da metade dos entrevistados alegar estar satisfeito com tais serviços, como podemos observar no Gráfico 13, algumas respostas mostram certo descontentamento da comunidade comparado à avaliação feita ao governo japonês. Reclamações como “alta taxas sobre os serviços prestados”, “falta de organização”, “demora na emissão de papeis”, etc., foram comuns. Nesse caso, pode-se considerar que o nível de tolerância em relação aos serviços prestados pelo governo brasileiro seja menor por sentir-se no direito de questionar o Estado o que na condição de migrante pode inibir sua análise mais crítica sobre os serviços do governo japonês.

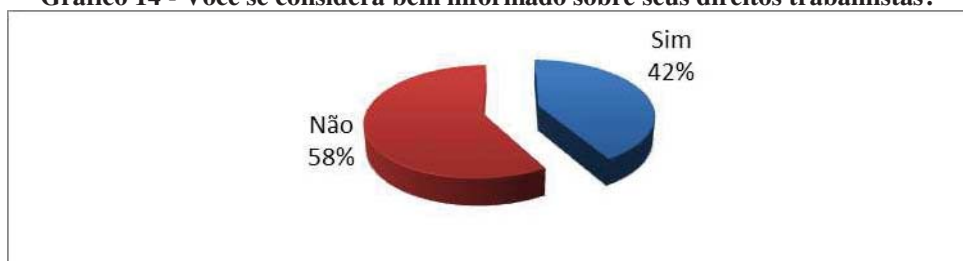
Gráfico 13 - Os serviços básicos oferecidos pelo governo brasileiro aos imigrantes brasileiros são satisfatórios?



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Para elucidar a questão dos direitos trabalhistas, foi perguntado para os entrevistados se eles se consideram suficientemente bem informados em relação aos seus direitos como trabalhador, uma vez que o trabalho é a garantia da reprodução social e elemento de reconhecimento na sociedade japonesa, bem como de possibilidade de interação social ao conceito de territorialização, o intuito dessa pergunta, além de avaliar a questão dos direitos e deveres, é ressaltar o grau de importância que a comunidade deposita nesse assunto. O Gráfico 14 nos mostra um equilíbrio entre as respostas dos entrevistados sobre esse assunto.

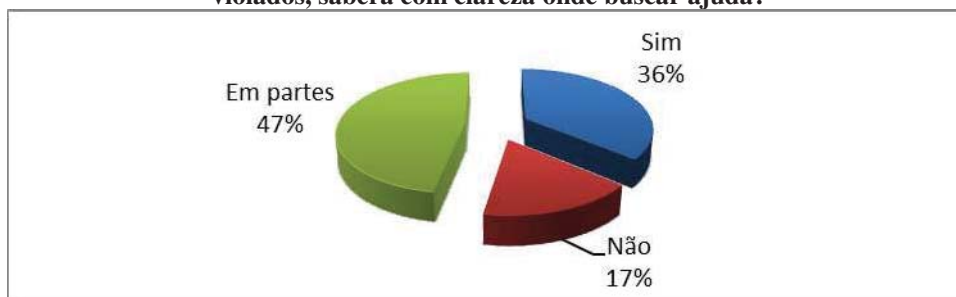
Gráfico 14 - Você se considera bem informado sobre seus direitos trabalhistas?



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Como continuação dessa análise, o Gráfico 15 avalia o grau de informação dos entrevistados em relação a garantia de seus direitos gerais como cidadão, caso ocorra, por exemplo, a violação desses direitos por algum motivo.

Gráfico 15 - Se por algum motivo sentir que seus direitos como cidadão foram violados, saberá com clareza onde buscar ajuda?



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Nota-se que é significativamente reduzido o número de pessoas que responderam com convicção saber onde reclamar seus direitos no Japão, provando que apesar de avanços relacionados a esse quesito, como por exemplo, maior amplitude dos meios de comunicação (informação), o migrante Dekassegui não se considera suficientemente bem amparado no que se refere ao reclame de seus direitos.

Seria esse um indicativo de que mesmo aparentemente “bem instalados” em território japonês, e/ou com uma perspectiva de permanecer por um tempo consideravelmente maior no país, quando se pensa em questões relacionadas aos direitos como cidadão os imigrantes fazem uso desses direitos apenas de forma periférica. Uma hipótese a se considerar é a questão de que para o imigrante, não é concreto a noção de quem realmente se responsabiliza por sua condição social, ficando o imigrante muitas vezes, no meio de um jogo de “irresponsabilidade” entre os países envolvidos.

Ferreira (2008) analisa a minimização nas lutas por direitos do imigrante brasileiro através do “contentamento” pela condição mínima de cidadão legalizado e reconhecido pelo Estado japonês.

Como os brasileiros têm a sua situação de permanência regularizada no Japão (...) isto pode ser um fator que explica o porquê de não haver maiores interesses por mobilizações reivindicatórias, uma vez que eles têm parcialmente o seu reconhecimento pelo território japonês, o que lhes permite ingressar no mercado de trabalho e com isto usufruir da sociedade japonesa mesmo que de forma limitada por serem estrangeiros. São estrangeiros, mas de certa forma estão inseridos no sistema produtivo, tendo inclusive, acesso aos equipamentos e serviços japoneses, sejam eles públicos e privados, evidentemente não

nas mesmas condições que o cidadão japonês (FERREIRA, 2008 p. 161).

Analisando dessa maneira, o imigrante Dekassegui é sustentado única e exclusivamente pelo status de trabalhador que em um momento de crise e/ou numa situação de desemprego ela esvazie toda sua relação com o local/território construída até então.

A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade como homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que empurra para o não fazer. E esse trabalho, que condiciona toda existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar, ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribuiu e no lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes (SAYAD, 1998 p.55).

Desse modo que pensamos que são nas reivindicações e conquistas dos direitos garantidos como cidadão no país de destino que o processo de reterritorialização se torna mais concreto. Fruto de muitos anos de discussões diplomáticas referente as questões trabalhistas, foi promulgado em 1º de março de 2012 o acordo previdenciário entre Brasil e Japão. Foi garantido ao trabalhador brasileiro que contribuiu para dois sistemas previdenciários somar os tempos de contribuição a cada um deles, recebendo pensão parcial das duas fontes, na proporção que couber a cada uma. Dessa forma, o trabalhador não é prejudicado, no que concerne a sua aposentadoria e aos demais benefícios, pelo fato de ter decidido dividir sua vida laboral entre dois países.

Esse acordo coloca em discussão o grau de importância da relação de direito do Dekassegui no Japão bem como normatiza uma possibilidade concreta de fixação do imigrante em território japonês, garantindo direito de gozar de aposentadoria em território japonês.

Dentro da análise feita através dos questionários, foi unanime entre as respostas a ideia de que a iniciativa foi positiva, observações como, “muito bom” e “ vai ser melhor para o futuro” apareceram com maior frequência. Porém, por se tratar de um artifício ainda recente, 53% dos entrevistados disseram não estar informados sobre o assunto.

Capítulo 5 - A mudança na noção de pertencimento do Dekassegui ao território japonês.

Para fechar a análise proposta por esse trabalho, embasaremos nossas reflexões em questões relativas ao grau de pertencimento dos Dekasseguis ao território japonês, para dar sustentação a ideia de des/reterritorialização ocorrida nesse processo (HAESBAERT, 2004; MONDARDO, 2009). Entendemos que esse processo não vetoriza e cria uma nova categoria de migrante e sim uma mistura entre os *habitus*³³ relacionado ao seu passado em consonância com as “obrigações”, “pressões”, “relações”, “aspirações” do seu presente e futuro.

(...) o migrante carrega diferentes possibilidades em relação ao “controle” do “seu espaço”, ou seja, à sua reterritorialização, o que inclui também, é claro, o tipo de relação que ele continua mantendo com o “espaço de partida”, que se liga às redes de relações sociais, ou, “redes de solidariedade”. As interpretações para a explicação dos processos que perpassam a desterritorialização dos migrantes, podem, também, aliar e ser entendidas pelo papel desempenhado através/pelas redes sociais, aquelas que são tecidas no “mundo da vida” (MONDARDO, 2009 p. 97).

Sendo assim, é dentro de um contexto “híbrido” que essa integração se dá, devemos partir do pressuposto de que o termo “hibridismo”, tão em voga nos nossos dias, não representa exatamente uma novidade, pois, culturas híbridas sempre existiram, pelo simples fato de que toda nova cultura brota da mescla entre distintas identidades e conjuntos de valores culturais previamente dominantes (HAESBAERT, 2004) e consequentemente não é incomum a presença de conflitos como plano de fundo dessa construção, como no exemplo utilizado por Ferreira (2008).

Os churrascos nos parques japoneses e nas calçadas das ruas japonesas, que reúnem parentes e amigos conterrâneos, por vezes, peruanos, e até mesmo alguns nativos, chegando a causar estranheza dos vizinhos japoneses, e o aparecimento de polícia, ajudam-nos a refletir sobre a nova sociabilidade do lugar, e pensar também em outras sociabilidades que vêm ocorrendo (...) (FERREIRA, 2008 p.130).

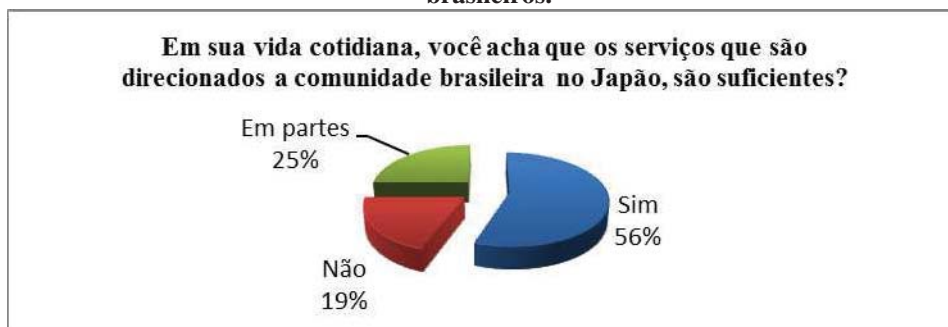
³³ Entende-se, portanto, que o *habitus* é concebido enquanto um sistema de esquemas individuais, mas que é socialmente constituído a partir de disposições estruturadas socialmente e que ao mesmo tempo são estruturantes. “O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996 p.21-22).

É na reafirmação dessa outra sociabilidade, dessa confirmação de identidades que se sustenta os processos de reterritorialização. Segundo Haesbaert (2005b):

A força da identidade entre muitos grupos migrantes é um dos principais fatores responsáveis pela coesão mantida pelo grupo, mesmo longe de seu território de origem. Isto faz com que muitos, ao contrário do discurso corrente da desterritorialização, acabem se envolvendo em processos claros de reterritorialização, ou seja, de recomposição de seus territórios e outras bases, territórios esses recriados por meio da almálgama proporcionado pela força das redes mantidas no interior da dinâmica migratória (HAESBAERT, 2005b p. 40).

Referente a força da rede mantida no interior da dinâmica migratória brasileira no Japão, perguntamos para nossos entrevistados se os serviços que sustentam a manutenção dessa rede, tais como, oferta de comidas, festas, espaços de sociabilidade, informações, etc., são suficientes.

Gráfico 16 - Percepção quanto a qualidade dos serviços direcionados aos imigrantes brasileiros.



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Levando em consideração a coesão dessas redes de serviços no atual momento do movimento Dekassegui e analisando os resultados apresentados no Gráfico 16, concluímos que esses espaços, ao contemplarem as necessidades de um habitus do país de origem e ao mesmo tempo fortalecer a construção das novas redes sociais dentro do território japonês, são importantes e contribuem no processo de reterritorialização dessa comunidade.

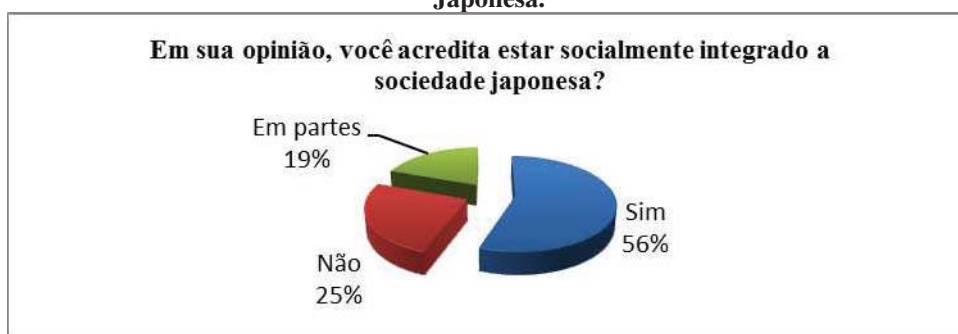
Por um lado sabemos que as redes sociais atuam de maneira coesa e resultam em uma integração territorial da comunidade brasileira no Japão, porém estaria mesmo esses imigrantes inseridos na sociedade japonesa como um todo, ou somente onde essas redes atuam?

Segundo os dados obtidos por meio de nosso questionário, como podemos ver no Gráfico 17, a maioria dos entrevistados acredita estar integrado à sociedade japonesa.

Situação que se reafirma quando questionados se a sociedade japonesa em geral, está acostumada (adaptada) com a presença dos imigrantes brasileiros no Japão, pois a maioria, 67% dos entrevistados, acredita em uma relação saudável nesse sentido. Pelas respostas aqui obtidas, pode-se concluir ocorrer uma relação de interação consideravelmente elevada na opinião dos entrevistados.

Entendemos que estar integrado à sociedade japonesa é gozar do direito de ir e vir em território japonês, poder ocupar espaços públicos e privados sem restrição relacionada à sua condição de estrangeiro, etc.

Gráfico 17 - Percepção dos entrevistados quanto ao nível integração à sociedade Japonesa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Dentre as respostas referentes à integração da sociedade japonesa e a comunidade brasileira, vale a pena destacar certo sentimento de mudança de comportamento entre os japoneses mais jovens sobre esse assunto, como observamos nas justificativas: “por causa da geração das pessoas novas”, “somente os idosos ainda não se acostumaram com a nova geração de estrangeiros”, “Os japoneses jovens estão mais acostumados, mas depende do seu convívio de sociedade, fazendo respeitar a cultura”. Alguns acreditam que essa interação ainda vai demorar: “Ainda está começando a se acostumar com os brasileiros. O Japão foi um país muito fechado aos estrangeiros. Vai demorar um tempo para eles se adaptarem”. Outros depositam no número elevado de brasileiros no Japão o caminho para essa integração: “aqui em Hamamatsu tem muitos brasileiros, é isso em quase toda a parte. Já tem muitas coisas traduzidas para o português, eventos no meio do centro, então tenho quase a certeza que a sociedade japonesa já está adaptada”.

Quando analisamos as justificativas referentes ao tema da integração dos brasileiros à sociedade japonesa, o preconceito foi apontado como a maior dificuldade nesse processo, como podemos ver nos exemplos, “Ainda existe lugares com

preconceito em relação aos estrangeiros”, “por mais que você acha que sim, para eles você sempre será estrangeiro”, “ainda há preconceito de alguns japoneses, então você acaba não ficando bem”.

Para discutir a questão do preconceito perguntamos se recentemente, entre os entrevistados, ele havia se sentido prejudicado por ser estrangeiro e apesar do alto índice de ocorrências percebidas nas justificativas acima, apenas 28% dos entrevistados respondeu que sim.

Gráfico 18 - Percepção sobre tratamento diferenciado, dada a condição de imigrante



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Dentre os resultados obtidos, vale analisar a resposta “já não percebo tais ações” por duas vias, a primeira pelo fato dos entrevistados já estarem a muito tempo no país e já não ligar mais para esse assunto, ou seja, conviver bem com essa situação, a segunda pelo fato do entrevistado realmente já estar bem integrado a sociedade japonesa a ponto de assimilar bem os costumes cotidianos, se aproximando do habitus dos japoneses diminuindo os conflitos nessa relação.

Para complementar essa resposta, analisamos entre os entrevistados, quantos possuía amigos japoneses fora do âmbito de trabalho, e apenas 33% responderam que não se relacionava com nenhum japonês, contrapondo a ideia de as relações só se darem no âmbito das redes entre brasileiros.

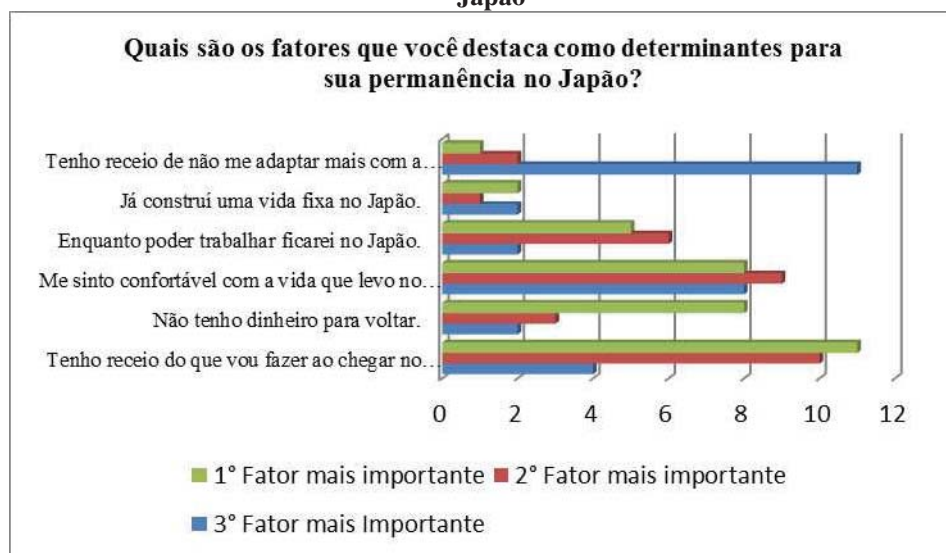
Sendo assim, consideramos também que a territorialização do sujeito não necessariamente está condicionada a sua integração, sendo a mesma considerada como parte de um processo maior, por exemplo, ele pode se territorializar, sobretudo ao fazer migrar juntamente consigo um conjunto de elementos de sua cultura e de suas demandas, como foi possível observar ao elencar o conjunto de empresas de serviços e comércios que atendem a essas demandas “culturais” brasileiras no Japão. Ao contrário,

esta territorialidade “brasileira”, em muitos casos produz uma zona de conforto ao sujeito, de relações seguras e fundamentadas na cultura brasileira que não o impelem à integração com os nacionais.

A fim de correlacionar com a questão da fixação da comunidade Dekassegui em território japonês, foram analisados entre os entrevistados quais são os fatores que determinam a sua estadia no Japão.

Para isso, foram elaborados alguns temas creditados como primordiais para que sejam contempladas as hipóteses da pesquisa e solicitado que os entrevistados destacassem em ordem de grau de importância, três fatores.

Gráfico 19 - Fatores determinantes à permanência dos imigrantes brasileiros no Japão



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Os fatores que mais apareceram como importantes para a permanência dos entrevistados no Japão foram respectivamente: “tenho receio do que vou fazer ao chegar no Brasil”, “me sinto confortável com a vida que levo no Japão” e “tenho receio de não me adaptar mais com a vida do Brasil”.

A primeira opção nos evidencia um fator relacionado ao baixo grau de qualificação dos Dekasseguis que ao chegarem no Brasil encontram um mercado de trabalho exigente dificultando a integração desse trabalhador e consequentemente sua permanência no país, mesmo para aqueles que retornam com um capital para montar o próprio negócio a falta de orientação para entrar em um mercado competitivo problematiza essa opção.

A segunda opção comprova a questão da reterritorialização dos Dekasseguis em território japonês, pois creditam na estabilidade da vida que levam no Japão o principal fator para continuar no país, ou seja, o território japonês, nesse momento aparece como primeira opção entre os entrevistados ouvidos.

A terceira e última opção mais importante para a permanência dos entrevistados no Japão está relacionada ao receio da adaptabilidade desses indivíduos no retorno ao país de origem, ou seja, uma vez que já adaptado ou territorializados no momento atual, uma nova situação de des/reterritorialização (agora no/para o país de origem), aparece como um obstáculo nessa decisão. Já que, como afirma Haesbaert (2004):

A vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e temporalidade é que são distintas (HAESBAERT, 2004 p.138).

Capítulo 6 - Conclusão

Frente a todos os dados aqui apresentados, bem como a análise de vasta bibliografia sobre o tema, concluímos que a própria migração está fundamentada na territorialização como fruto de uma estratégia para tomar posse de um espaço geográfico. Já a desterritorialização é o abandono espontâneo ou forçado da territorialização. Por ultimo, a reterritorialização é a construção de uma nova territorialização em outro espaço, emergindo, assim, um novo território e nova(s) territorialidade(s) (SOUSA, 2010), concluímos que o movimento Dekassegui, no atual momento, estaria no processo de busca pela reterritorialização no território japonês.

Apesar de ainda não ser um processo claro, pois foram apontados durante a análise desse trabalho, diversos graus dessa interação e criação de um novo território e de novas territorialidades, aceitamos aqui, a hipótese de essa ser uma tendência desse fluxo.

Ações relacionadas aos direitos e deveres dessa comunidade vêm sendo discutidas e aplicadas com maior expressividade nos últimos anos, e é através delas que acreditamos ser o principal caminho para uma integração mais sólida desses agentes dentro desse processo, pois aí, o imigrante poderá se desvencilhar do status de ser simplesmente um trabalhador em território alheio, que diante da necessidade de vender sua força de trabalho para o capital, se submetem à lei de mercado de outro país, sem questionamentos emancipatórios, para quem sabe assim, ser reconhecido como pessoas que entregam ali suas vidas, seus sonhos, seus projetos, suas razões.

Referências Bibliográficas

ASARI, A. Y. Um novo mundo (re)fundado. Imigrantes japoneses no norte paranaense. In: Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades. p.201-213. 1º ed. São Paulo, SP. Expressão Popular: 2010.

_____. 2011. O retorno dos migrantes trabalhadores nikkeis ao brasil. Revista Geográfica de América Central, Norteamérica, 2, Feb. 2012. Disponible en: <http://www.geogebra.org/m/12/10/2012>. Acessado em: 12/10/2012.

BELTRAO, K. I; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: dekasseguis brasileiros no Japão. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 23, n. 1, June 2006 . Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100005&lng=en&nrm=isso. Acessado em: 20 Set 2012.

BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza e a nova ordem mundial. Tradução de Ana Saldanha Lisboa. Caminho: 2003. 495 p. Tradução de: Global Poverty and the New World Order.

COSTA, J. P. C. De decasségui a emigrante. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.328 p.

FERREIRA, R. H. O confronto dos lugares no migrante Dekassegui. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.147p

_____. 2001a. O papel do estado na migração internacional: o exemplo dos Dekasségui - <http://www.geogebra.org/m/12/10/2012> Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] N° 94 (57), 1 de agosto de 2001

_____. 2005. Espaço e modo de vida: por um outro uso do território no movimento dekassegui. Anais: IV Encontro Nacional Sobre Migrações Abep – Associação Brasileira De Estudos Populacionais. Rio De Janeiro, 2005

_____. 2007. Migrações internacionais: Brasil ou Japão. O movimento de inserção do Dekassegui no espaço geográfico pelo consumo. Dissertação de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas USP São Paulo – SP 179p.

FUGII, W. K. Jovens universitários brasileiros nas linhas de produção japonesas: Uma contribuição ao estudo do fenômeno migratório entre o Brasil e o Japão. 164p.

MARX, K. Manuscritos econômico – filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo. Abril Cultural : 1974, 413 p.

MELCHIOR, L. Redes sociais e migrações laborais: múltiplas territorialidades : a constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão. 186 f. Tese Doutorado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente , 2008.

_____. 2010. Redes sociais e migrações laborais: múltiplas territorialidades. A comunidade nipo-brasileira de Ourinhos (SP). In: Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades. p. 235 - 258. 1º ed. São Paulo, SP. Expressão Popular: 2010.

MONDARDO, M. L. Os períodos das migrações. Territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR. 531p. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2009

MORISHITA, A. M. A importância da aprendizagem da língua japonesa para os candidatos ao trabalho no Japão. In : Relatório do encontro dos colaboradores regionais do CIATE. São Paulo, 2011.p.174 – 191.

NOGUCHI, H. Situação recente do mercado de emprego e a atuação do governo japonês. In : Relatório do encontro dos colaboradores regionais do CIATE. São Paulo, 2011.p.217 – 232.

OCADA, F. K. Os trabalhadores dekassegus e a tragédia da reestruturação produtiva. In: Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades. p.259 - 278. 1º ed. São Paulo, SP. Expressão Popular: 2010.

OLIVEIRA, A. C. Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade em um contexto migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, n.XI, 1998, Caxambu - MG: 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a152.pdf>>. acessado em 14/10/2010.

PATARRA, N.L. Governabilidade das migrações internacionais e direitos humanos. In: Ministerio de Relações Exteriores (org). (Org.). Brasileiros no Mundo. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, v. 1, p. 295-322.

ROSSINI, R. E. O novo enraizamento: a conquista do espaço pelos nikkeis do Brasil no Japão. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4-8 nov. 2002. Caxambu, MG. 18p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST41_Rossini_texto.pdf> Acesso em: 01 de jun de 2012.

_____. 2010. Identidades e paisagem: o enraizamento dos dekassegus do brasil e no japão. In: Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular. 2010. p. 217-234.

SAITO, M, Japanese aqui, brasileiros lá?: uma leitura sobre (e dos) Dekasseguis. 2003, 109p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Sp. 2003.

SAKURAI, C. Entre os sonhos e a realidade: reflexões. In: Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades. p.127 - 163. 1º ed. São Paulo, SP. Expressão Popular: 2010.

SANTOS, M. O Espaço do Cidadão. São Paulo. Nobel: 1987. 142p

SANTOS, M. A; BARBIERE A. F; CARVALHO J. A. M; MACHADO C. J. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SASAKI, E. M - Ser ou Não Ser Japonês? A Construção da Identidade dos Brasileiros Descendentes de Japoneses no Contexto das Migrações Internacionais do Japão Contemporâneo, 2009, 671p. Dissertação (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Fevereiro 2009.

_____. 1998. O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento de kasseguis. 221p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Maio, 1998.

SAQUET, M. A. Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre. Ed. EST, 2003(2001)

SAYAD, A. A imigração: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo. Editora EDUSP, 1998

SEABRA, O et al. Território e Sociedade – Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOARES, W; RODRIGUES, R. N. Redes sociais e conexões prováveis entre migrações: internas e emigração internacional de brasileiros. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 19, n. 3, Sept. 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/sp/perspec/v19n3/soares_rn.pdf

&lng=en&nrm=isso Acessado em: 22 Out. 2012.

SOUSA, A. A. A dimensão geo-histórica do industrial nipo-brasileiro no contexto do Oeste Paulista. In: Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades. p.177 - 199. 1º ed. São Paulo, SP. Expressão Popular: 2010.

SOUZA, A. R. Comunidade brasileira no Japão. Perfil e características. Ações do Ministério das Relações Exteriores. In : Relatório do encontro dos colaboradores regionais do CIATE. São Paulo, 2011.p.27 – 52.

SUGAHARA, S., BELTRÃO, K. I. Permanentemente temporário: de kasseguis brasileiros no Japão. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 61-85, jan./jun. 2006

WALLERSTEIN, I. The capitalista world-economy. Cambridge, Cambridge University Press: 1979.

ANEXO 1 - Questionário

Nome Completo:		
Idade:		
Estado Civil: () Solteiro () Casado		
Japão	Cidade qual reside:	Província:
Brasil	Cidade de origem:	Estado:

1 – Informações Pessoais

Em que ano chegou ao Japão?	
Chegou no Japão: () sozinho () acompanhado de familiares próximos	
Quando veio, possuía familiares ou amigos próximos que já moravam no Japão? Eles foram determinantes na sua primeira inserção no mercado de trabalho. ex: indicação de emprego, cederam moradia, etc? () Não () Sim, foram determinantes () Sim, mas não foram determinantes	
Já voltou alguma vez para o Brasil?	
() Sim	() Não Quantas vezes? _____
Se sim, qual foi o motivo no momento do ultimo regresso?	
() Passeio	() Problemas de Saúde
() Retorno Definitivo	() Problemas Pessoais
Qual foi o principal motivo que fez com que retornasse ao Japão? (Se nunca retornou, pule essa questão)	
() Não me adaptei a vida no Brasil	
() Não consegui um meio de me sustentar no Brasil	
() Acho a vida no Japão mais estável que no Brasil	
() Outros. Quais? _____	
Ano e Mês do ultimo retorno ao Brasil: ____/____ Japão: ____/____	

Tipo de moradia atual:	
☐ Apartamento de empresa	Valor do Aluguel (¥): _____
☐ Danchi / Apartamento do governo	Valor do Aluguel (¥): _____
☐ Alugado por conta	Valor do Aluguel (¥): _____
☐ Próprio	
Nível da língua japonesa:	
☐ Quase Nada	
☐ Básico	
☐ Conversa e interage em nível médio	
☐ Conversa Fluientemente	
Nível de leitura e escrita da língua japonesa:	
☐ Não lê nem escreve	
☐ Lê e escreve Hiragana e Katagana	
☐ Lê e escreve Kanji (menos que 500 caracteres)	
☐ Lê e escreve Kanji (mais que 500 caracteres)	
Tipo de Visto/Visa:	
☐ 1 ano	
☐ 3 anos	
☐ Permanente	Desde Quando: _____
☐ Possui nacionalidade japonesa	Desde Quando: _____

2 – Relações de Trabalho

Já esteve desempregado alguma vez no Japão? ☐ Não ☐ Sim Por quanto tempo? (considere o maior período caso tenha ficado desempregado mais de uma vez e coloque o ano) _____

Se por algum motivo sentir que seus direitos como cidadão foram violados, saberá com clareza onde buscar ajuda?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em partes

4 - Relação de integração ao território Japonês.

Em sua opinião, você acredita estar socialmente integrado* a sociedade japonesa?

Entenda estar socialmente integrado como ter garantido o direito de ir e vir, de poder ocupar espaços públicos e privados, etc.

☐ Sim ☐ Não ☐ Em partes

Porque? _____

Em sua vida cotidiana, você acha que os serviços que são direcionados a comunidade brasileira no Japão, são suficientes? Por exemplo, oferta de comidas, festas, espaços de sociabilidades, informação.

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sinto mais esse tipo de necessidade.

Porque? _____

Possui amigos japoneses que participam de seu cotidiano fora do local de trabalho?

☐ Sim ☐ Não

No momento atual, pretende retornar ao Brasil?

☐ Sim ☐ Não ☐ Sim, porém não nesse exato momento.

Quais são os fatores que você destaca como determinantes para sua permanência no Japão? Dentre os motivos abaixo, responda por ordem de importância 3 alternativas. Coloque o número no lugar vago (). Sendo o nº1 mais importante e o nº3 menos importante.

☐ Tenho receio do que vou fazer ao chegar no Brasil.

☐ Não tenho dinheiro para voltar.

☐ Me sinto confortável com a vida que levo no Japão.

☐ Enquanto poder trabalhar ficarei no Japão.

☐ Já construí uma vida fixa no Japão.

☐ Tenho receio de não me adaptar mais com a vida do Brasil.

No ultimo ano, em suas atividades cotidianas, alguma vez se sentiu muito prejudicado somente pelo fato de ser imigrante brasileiro morando no Japão?

() Sim

() Não

() Já não percebo tais ações

Relate sua

rapidamente
